

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

EMERSON DE SOUSA FERNANDES

**UM ESTUDO SOBRE A GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA POR PARTE
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ITAU S.A. E SANTANDER S.A.**

**SOUSA - PB
SETEMBRO – 2013**

EMERSON DE SOUSA FERNANDES

**UM ESTUDO SOBRE A GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA POR PARTE
DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ITAU S.A. E SANTANDER S.A.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Raul Ventura Júnior

**SOUSA - PB
SETEMBRO – 2013**

EMERSON DE SOUSA FERNANDES

**UM ESTUDO SOBRE A GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA POR
PARTE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ITAU E SANTANDER**

Esta monografia foi dita como adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovada pela banca examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Raul Ventura Júnior - Orientador. UFCG.

Examinador 01. Prof MSc Fabiano Ferreira Batista

Examinador 02. Prof MSc Francisco Jean Carlos de Sousa Sampaio

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Um estudo sobre a geração e distribuição de riqueza por parte das instituições financeiras Itaú e Santander, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 17 de setembro de 2013.

Emerson de Sousa Fernandes
Autor

Dedico aos meus pais; Maria do socorro Fernandes e Francisco Nóbrega Fernandes (in memoriam) e as minhas irmãs Eliane Fernandes e Elba Fernandes por serem os maiores incentivadores e sempre terem me guiado para o caminho correto.

AGRADECIMENTOS

Não há vitória individual quando dependemos de um todo para alcançar o que tanto almejamos, assim sendo, compartilho a conclusão deste curso com todos que estiveram ao meu lado contribuindo direta ou indiretamente com o término desta etapa.

Agradeço a Deus por ter me conduzido pelo caminho do bem, por ter me desviado dos precipícios, por ter colocado as pessoas certas no meu caminho. Enfim, agradeço a Deus por tudo, pelo passado, pelo presente e pelo futuro.

A todos os meus familiares, pois, qualquer pessoa que deseja ter sucesso na vida depende acima de tudo do apoio da família.

A todos os meus professores por eles terem transmitido seus conhecimentos no decorrer deste curso e pelo conhecimento que adquiri durante a minha vida acadêmica de graduando.

Ao meu orientador, professor Raul Ventura pela confiança que depositou em mim, por ter me dado à honra de tê-lo como meu orientador, pela sua disposição sempre que precisei dirimir algumas dúvidas e por ter me acompanhado em toda a execução deste trabalho.

Aos meus colegas de faculdade principalmente a turma de contábeis 2007.2 pelos obstáculos que enfrentamos e vencemos dada a grande capacidade de todos, pelos momentos alegres e descontraídos, um agradecimento especial aos amigos que aqui encontrei principalmente aqueles que poderei contar sempre com a ajuda e o carinho.

Aos meus amigos e colegas de trabalho, que sempre me incentivaram e acreditam em meu sucesso.

Como agradecer é uma tarefa prazerosa e ao mesmo tempo árdua pois podemos esquecer pessoas que contribuíram significativamente para o alcance do objetivo, desde já peço desculpas se me esqueci de alguém e podem ter certeza quem contribuiu com essa caminhada merece todo apreço e carinho, e tenha certeza os agradecimentos são os mesmos.

“Quando no complexo teatro humano há sonhos, os surdos podem ouvir melodias, os cegos podem ver cores, os abatidos podem encontrar força para continuar. Os sonhos têm o poder de nos levar a patamares impensáveis” (Augusto Cury).

RESUMO

As instituições precisam buscar ferramentas e métodos eficazes de análise de desempenho econômico e financeiro com a finalidade de contribuir para o gerenciamento efetivo de seus ativos e passivos na tentativa de garantir a continuidade do negócio. Um dessas ferramentas é a DVA, formada por um conjunto de informações econômicas que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração. Diante do exposto, esse estudo teve a seguinte problemática: Quais as informações socioeconômicas evidenciadas através da DVA nas instituições financeiras do Itaú S.A. e Santander S.A., nos anos de 2010, 2011 e 2012? Utilizando-se nos procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, descritiva, exploratória e quantitativa. Obtendo na análise dos resultados que as assumem seu compromisso com as obrigações perante a sociedade, bem como investem em ações direcionadas ao meio ambiente, a cultura, a educação, entre outros. Quanto a capacidade de geração de riqueza e sua distribuição observou-se que do valor total de suas receitas adquiridas, o banco Santander distribuiu uma média de 34,67% do seu valor adicional do decorrer dos três anos analisados. Já o banco Itaú, a média foi equivalente a 28,33% referente a distribuição de sua riqueza, nos mesmos anos em análise. Diante do exposto, verifica-se que foram analisados 5 indicadores relacionados a distribuição de riqueza dos bancos Itaú e Santander, durante o período de 2010 a 2012, através da análise vertical e horizontal. Entre esses indicadores, o que mais se destacaram foram: Empregados, Governo e Lucros Retidos. Sendo analisado ainda o índice de comprometimento dessas instituições com a responsabilidade social, bem como o quanto foi destinado das receitas adquiridas para a distribuição na sociedade.

Palavras-Chave: Instituições Financeiras. Distribuição de Riqueza. Demonstração do Valor Adicional.

ABSTRACT

Institutions need to seek effective tools and methods for analyzing economic and financial performance in order to contribute to the effective management of its assets and liabilities in an attempt to ensure business continuity. One such tool is the DVA, formed by a set of economic information that aims to demonstrate the value of the wealth generated by the company and the distribution for the elements that have contributed to their generation. Considering the above, this study had the following problem: What are the socio-economic information evidenced through the DVA In the financial institutions of Itaú and Santander, In the years 2010, 2011 and 2012? Using the methodological procedures bibliographic research, descriptive, exploratory and quantitative. Getting in the analysis of the results that assume their commitment to obligations towards society, as well as investing in shares directed to the environment, culture, education, among others. As the ability to generate wealth and its distribution was observed that the total amount of revenues acquired bank Santander has distributed an average of 34, 67% The additional value of the course of the three years analyzed. Already the Itaú, the average was equivalent to 28,33% Regarding the distribution of their wealth, in the same years in analysis. Considering the above, it appears that were analyzed 5 indicators related to the distribution of wealth of banks Bank Itaú and Santander, during the period of 2010 the 2012, by analyzing horizontal and vertical. Among these indicators, which stood out were: Employees, Government and Retained Earnings. Still being analyzed the rate of commitment of these institutions to social responsibility, as well as how much was allocated revenue acquired for distribution in society.

Keywords: Finance. Distribution of Wealth. Statement of Additional Value.

LISTA DE SIGLAS

BP – Balanço Patrimonial
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício
DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa
DVA – Demonstração do Valor Adicional
BS – Balanço Social
S.A. – Sociedade Anônima
BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo
VALP - Valor Adicionado Líquido Produzido
VART - Valor Adicionado Recebido em Transferência
VATD - Valor Adicionado Total a Distribuir
PEVA - Participação de Empregados no Valor Adicionado
PGVA - Participação de Governos no Valor Adicionado
PTVA - Participação de Terceiros no Valor Adicionado
PCPVA - Participação de Capitais Próprios no Valor Adicionado
GRVA - Grau de Retenção do Valor Adicionado
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
DMPL – Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
NE – Notas Explicativas
DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos
IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
PIB – Produto Interno Bruto
CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - ANÁLISE HORIZONTAL DOS ITENS RELACIONADOS À DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DA DVA.....	19
TABELA 2 - ANÁLISE VERTICAL DOS ITENS RELACIONADOS À DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA DA DVA.....	20
TABELA 3 - ANÁLISE HORIZONTAL DO ITAÚ S.A.....	46
TABELA 4 - ANÁLISE VERTICAL DO ITAÚ S.A.....	48
TABELA 5 - ANÁLISE HORIZONTAL DO SANTANDER S.A.	50
TABELA 6 - ANÁLISE VERTICAL DO SANTANDER S.A.	51

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMÁTICA	13
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	14
1.2.2 <i>Objetivos Específicos:</i>	14
1.3 JUSTIFICATIVA	14
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
1.4.1 <i>Classificação da Pesquisa</i>	16
1.4.2 <i>Universo da Pesquisa</i>	18
1.4.3 <i>Coleta e Análise dos Dados</i>	18
2 REFERENCIAL TEORICO	21
2.1 A CONTABILIDADE GERAL	21
2.1.1 A IMPORTÂNCIA DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS	23
2.1.1.1 <i>Análise das Demonstrações Contábeis</i>	25
2.1.1.2 <i>Análise Vertical e Horizontal</i>	27
2.2 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL	29
2.3 DEFINIÇÕES DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	31
2.3.1 <i>Análise Vertical e Horizontal da DVA</i>	34
2.4 A RESPONSABILIDADE SOCIAL	36
2.4.1 <i>O Balanço Social</i>	37
2.5 CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NO BRASIL	39
3 ANÁLISE DOS DADOS	41
3.1 INDÍCIOS DE COMPROMETIMENTO COM A RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS INSTITUIÇÕES ITAÚ S.A. E SANTANDER S.A.	41
3.2 CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA ENTRE OS STAKEHOLDERS EVIDENCIADAS NA DVA	43
3.3 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL NA DVA DAS RESPECTIVAS EMPRESAS EM ESTUDO, NOS ANOS 2010, 2011 E 2012, REFERENTE À SUA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA.	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERENCIAS	56
ANEXOS	61

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento da competição empresarial, as organizações estão buscando informações que as diferenciem de seus concorrentes, já que tais informações podem se transformar em vantagens competitivas no curto e longo prazo de modo a medir o desempenho empresarial e alcançar as metas escolhidas.

Com isso, o acréscimo na demanda pela rapidez na tomada de decisões vem indicando que a contabilidade é cada vez mais utilizada como grande fonte de informação. De acordo com Gasparetto (2004, p. 15): as informações obtidas pela contabilidade torna-se relevante para a avaliação do desempenho organizacional.

Desse modo, observa-se que a contabilidade está voltada mais para o registro, controle e gerenciamento dos recursos disponíveis da instituição, e com isso os gestores podem tomar decisões e supervisionar as atividades operacionais. Assim, a contabilidade torna-se um instrumento interno de informação, necessária para a tomada de decisão e o controle da gestão.

Compreende-se que o uso das práticas de contabilidade vem assessorar as organizações, dando suporte aos gestores através de suas informações que são capazes de satisfazer as necessidades dos usuários, no intuito de alcançar o resultado almejado.

Assim, as instituições precisam buscar ferramentas e métodos eficazes de análise de desempenho econômico e financeiro com a finalidade de contribuir para o gerenciamento efetivo de seus ativos e passivos na tentativa de garantir a continuidade do negócio. Entre essas ferramentas, estão os demonstrativos como o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicional, entre outros.

Entende-se que as demonstrações contábeis das empresas tornam-se um dos instrumentos de medida de desempenho financeiro à disposição dos gestores. Mas, existem também as demonstrações voltadas para evidenciar a responsabilidade socioeconômica da empresa, como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado, esta, por sua vez, objeto desse estudo.

1.1 Tema e Problemática

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) passou a ser obrigatória para as empresas de sociedade anônima e de capital aberto no ano de 2008, devendo ser evidenciado a riqueza produzida, bem como a riqueza distribuída para os empregados, acionistas, governo, financiadores, entre outros (SILVA, 2012).

Verifica-se que a DVA é um conjunto de informações econômicas que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração (TEIXEIRA, 2007).

Conforme De Luca *et al.* (2009, p. 30), o valor adicionado de uma empresa representa o montante que ela acrescenta aos recursos que adquire em determinado período. Sendo obtido pela contabilidade através da diferença entre as vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Os autores ainda comentam que a DVA busca evidenciar, além da riqueza dos investidores, a quem pertence o restante dessa riqueza, atendendo a diferentes tipos de usuários.

Entende que a DVA tem o objetivo de agregar um valor adicional nas informações financeiras e econômicas dentro das empresas, no intuito de evidenciar valores sociais e, não apenas o lucro dos investidores. Assim, existe a necessidade de se analisar e interpretar essas demonstrações a fim de obter informações úteis que possam auxiliar no processo decisório.

De acordo com Tinoco (2008), o valor econômico está relacionado com os bens e serviços adquiridos de terceiros, e sua análise possibilita ampliar a competência de desempenho econômico e social de uma instituição. Há algumas décadas atrás, De Luca *et al* (2009) comenta que a DVA era evidenciada nas notas explicativas, só depois passou a ser divulgada inclusa com o relatório da administração, citando como exemplo: o Banco Itaú S.A.

Diante do exposto, esse estudo tem a seguinte problemática: **Como as instituições financeiras do Itaú S.A. e Santander S.A. distribuíram a riqueza gerada, nos anos de 2010, 2011 e 2012?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar como as instituições financeiras do Itaú S.A. e Santander S.A. distribuíram sua riqueza gerada nos anos de 2010, 2011 e 2012.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- ✓ Evidenciar a capacidade de produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders* evidenciadas na DVA;
- ✓ Verificar a evolução da distribuição de riqueza das respectivas empresas em estudo, nos anos 2010, 2011 e 2012;
- ✓ Constatar se existe alguma indicação de comprometimento com a responsabilidade social destas empresas;

1.3 Justificativa

É crescente a quantidade de empresas que evidenciam a adoção de práticas socialmente responsáveis, principalmente no setor bancário. De modo que, estão cada vez mais, comprometidas com a transparência de suas informações sociais na busca de refletir sobre o seu papel na sociedade onde estão inseridas.

De acordo com Silva (2005), responsabilidade social corresponde ao grau em que os administradores realizam atividades que protejam e melhorem a sociedade além do exigido para atender aos interesses econômicos da organização.

Segundo Baldo (2002, p. 14) a responsabilidade social das empresas está relacionada com os recursos que adquire da sociedade, sendo assim, seu dever restituí-los não apenas sob a forma de produtos e serviços, mas também, através de ações sociais que busquem direcionar problemas sociais.

Observa-se que a publicação de Balanços Sociais esta se tornando cada vez mais comum entre as empresas brasileiras. Uma vez que, esse tipo de ação torna-se um exercício da cidadania corporativa e transmite uma imagem ética e moral da organização. Ações que possibilitam benefícios como a estratégia de valorização de produtos e serviços e estratégias sociais de desenvolvimento da comunidade (MELO NETO e FROES, 2001).

Assim, pode-se afirmar que a responsabilidade social das empresas é uma variável que esta se tornando cada vez mais constante nos negócios. Percebe-se que a conscientização dos gestores torna-se um diferencial importante nas mudanças de comportamento socioeconômico, já que as instituições estão se manifestando positivamente para contribuir com a responsabilidade social.

Com isso, a responsabilidade social pode ser entendida como toda e qualquer ação que possa colaborar para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. E essas ações devem ser mensuradas e evidenciadas nos demonstrativos contábeis, como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicional.

Esta, por sua vez, agrega valores para a organização e demais interessados em analisar as informações contábeis, como afirma Tinoco (2008): A elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas empresas enriquece informação contábil e social, o que a torna relevante para todos que se dedicam à atividade de analisar demonstrativos contábeis/financeiros das organizações.

Diante do exposto, a importância do tema dar-se pelo crescente envolvimento empresarial relacionado à responsabilidade social. Assim, a principal motivação dessa pesquisa foi analisar a frequência de empresas do setor bancário que se declaram socialmente responsáveis.

A escolha das empresas Itaú S.A. e Santander S.A. para estudo, se deu pelo fato de se tratar de duas instituições financeiras de grande relevância no mercado, e por ter serviços prestados em várias cidades brasileiras, e com demonstrações contábeis

publicadas no *site* da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no setor Financeiro. Bem como pela importância as que duas instituições têm para a economia local, principalmente por gerarem empregos e contribuírem com o desenvolvimento da região.

Com isso, espera-se que o estudo seja capaz, sobretudo, de despertar o interesse de pesquisadores e estudantes, bem como dos gestores, relacionado ao tema, tanto pela importância da DVA como pela responsabilidade em que as empresas devem ter em evidenciá-las. No intuito de amadurecer a reflexão sobre as possibilidades de se planejar empreendimentos sustentáveis e competitivos que combinem geração de valor econômico e social.

Nesse contexto, essa pesquisa contribui na produção do conhecimento acadêmico, na medida em que poderá colaborar para o estabelecimento de uma visão mais detalhada acerca do desempenho socioeconômico das instituições financeiras. Sob esses entendimentos verifica-se que estudos que possam envolver aspectos relacionados à responsabilidade social podem ser considerados relevantes na busca pela conscientização da sociedade e das organizações. Nesse sentido, essa pesquisa se justifica pelo fato de analisar no setor bancário como está sendo evidenciado sua responsabilidade social.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Na tentativa de resolução de um problema de caráter científico, para estabelecer questões a respeito de fatos reais, utiliza-se da ciência, que conforme Vergara (2000) não possui um enfoque com definição única, mas é apenas uma das formas de ter acesso ao conhecimento, que se dá através da pesquisa.

1.4.1 Classificação da Pesquisa

Com relação aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, pela realização de um levantamento nas DVAs divulgadas pelos bancos estudados, no sentido de conhecer melhor as riquezas geradas e a forma como foram distribuídas.

Uma vez que, esse tipo de estudo objetiva evidenciar as características de um objeto de estudo (GONSALVES, 2007).

Classifica-se também como pesquisa exploratória, segundo Gonsalves (2007, a pesquisa exploratória compõe uma observação não estruturada, através do recolhimento e registro dos fatos da realidade. Sob a percepção de Gil (2002), esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com um problema.

Quanto à abordagem do problema, para esclarecer os pontos investigados, utilizou-se a pesquisa quantitativa, na medida em que traduziu informações contábeis colhidas nas DVAs das instituições, em percentuais estatísticos, os quais foram expostos por intermédio de gráficos e tabelas. Para Gonsalves (2007), esse tipo de pesquisa caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Utilizando-se, para tanto, do proceder metodológico da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, que tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre a temática em estudo (GIL, 2002).

Para o desenvolvimento do objetivo proposto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica sendo realizada consulta, sobre o assunto em estudo, na literatura já existente. A investigação será, também, um estudo de caso, uma vez que é circunscrito a uma localidade, além da pesquisa documental.

Dessa forma, a pesquisa bibliográfica ocorreu através do levantamento teórico em livros e artigos, além de sites periódicos relacionados a DVA. A pesquisa documental se deu em documentos (DVA) divulgados pelas instituições financeiras em análise, disponível no site da Bovespa, e teve o objetivo de obter as informações necessárias ao trabalho. A pesquisa foi caracterizada como estudo de caso por focar especificamente fenômenos ocorridos em determinado período.

1.4.2 Universo da Pesquisa

A preocupação com a responsabilidade social tornou-se um tema de várias discussões, tendo em vista a crescente abrangência e complexidade de seus efeitos fazendo com que a sociedade se preocupe com a qualidade de vida das gerações.

Diante disso, essa pesquisa enfocou em empresas atuantes no setor financeiro e que tem ações disponíveis na Bovespa. Entre elas: Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, entre outros. Sendo assim, pela disponibilidade do tempo, o estudo foi realizado nos Bancos Itaú S.A e Santander S.A., caracterizando com isso, a amostra da pesquisa.

1.4.3 Coleta e Análise dos Dados

Os dados foram coletados por meio dos demonstrativos contábeis publicados no site da BOVESPA. Com o intuito de atender aos objetivos da pesquisa, utilizou-se os dados consolidados evidenciados nas Demonstrações do Valor Adicionado, publicados pelas instituições.

Após a coleta dos dados, foi feita uma análise buscando comparar os indicadores encontrados nas empresas, que se relacionassem com os objetivos desse estudo, direcionados aos valores de distribuição de riqueza.

Utilizou-se dos seguintes indicadores de geração e distribuição de riqueza:

- Valor Adicionado Líquido Produzido (VALP);
- Valor Adicionado Recebido em Transferência (VART);
- Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD);
- Participação de Empregados no Valor Adicionado (PEVA);
- Participação de Governos no Valor Adicionado (PGVA);
- Participação de Terceiros no Valor Adicionado (PTVA);

- Participação de Capitais Próprios no Valor Adicionado (PCPVA);
- Grau de Retenção do Valor Adicionado (GRVA).

Os três primeiros indicadores evidenciam o valor da riqueza gerada e recebida pela empresa, representando a riqueza produzida, o montante recebido em transferência e o quanto do total foi distribuído.

Os demais indicadores evidenciam o quanto da receita foi distribuído aos Empregados, Governo, Terceiros, Capitais Próprios, bem como a Retenção do Valor Adicionado. No quais representam as contas evidenciadas na DVA, tais quais: Pessoal e Encargos (benefícios, FGTS, entre outros); Impostos, Taxas e Contribuições; Juros, Aluguéis, outros; Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio; Lucros Retidos ou Prejuízos no Período; respectivamente.

Através desses indicadores, foi possível realizar a análise vertical e horizontal entre os anos 2010, 2011 e 2012. Assim, seguindo as fórmulas evidenciadas na Tabela 1 para a análise horizontal:

Tabela 1 - Análise Horizontal dos itens relacionados à Distribuição de Riqueza da DVA

Indicadores	2010	2011	2012
VALP	ANO	$(2011/2010)= X$	$(2012/2011)= X$
	BASE	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$
VART	ANO	$(2011/2010)= X$	$(2012/2011)= X$
	BASE	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$	$(X - 1) X100= \text{variação}\%$
VATD	ANO	$(2011/2010)= X$	$(2012/2011)= X$
	BASE	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$
PEVA	ANO	$(2011/2010)= X$	$(2012/2011)= X$
	BASE	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$
PGVA	ANO	$(2011/2010)= X$	$(2012/2011)= X$
	BASE	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$	$(X - 1) X100= \text{variação}\%$
PTVA	ANO	$(2011/2010)= X$	$(2012/2011)= X$
	BASE	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$
PCPVA	ANO	$(2011/2010)= X$	$(2012/2011)= X$
	BASE	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$	$(X - 1) X100= \text{variação}\%$
GRVA	ANO	$(2011/2010)= X$	$(2012/2011)= X$
	BASE	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$	$(X - 1) X100= \text{Variação}\%$

Fonte: De Luca *et al.* (2009)

Para as fórmulas utilizadas na análise vertical, observa-se a Tabela 2:

Tabela 2 - Análise Vertical dos itens relacionados à Distribuição de Riqueza da DVA.

Indicadores	2010	2011	2012
VALP	$\frac{\text{V. Produzido}}{\text{Receitas}} \times 100$	$\frac{\text{V. Produzido}}{\text{Receitas}} \times 100$	$\frac{\text{V. Produzido}}{\text{Receitas}} \times 100$
VART	$\frac{\text{V. Transferência}}{100} \times \text{Receitas}$	$\frac{\text{V. Transferência}}{100} \times \text{Receitas}$	$\frac{\text{V. Transferência}}{\text{Receitas}} \times 100$
VATD	$\frac{\text{V. a Distribuir}}{\text{Receitas}} \times 100$	$\frac{\text{V. a Distribuir}}{\text{Receitas}} \times 100$	$\frac{\text{V. a Distribuir}}{\text{Receitas}} \times 100$
PEVA	$\frac{\text{Empregados}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Empregados}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Empregados}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$
PGVA	$\frac{\text{Governo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Governo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Governo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$
PTVA	$\frac{\text{Remuneração Capital Terceiros}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Remuneração Capital Terceiros}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Remuneração Capital Terceiros}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$
PCPVA	$\frac{\text{Remuneração Capitais Próprio}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Remuneração Capitais Próprio}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Remuneração Capitais Próprio}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$
GRVA	$\frac{\text{Lucro Retido/ Prejuízo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Lucro Retido/ Prejuízo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$	$\frac{\text{Lucro Retido/ Prejuízo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$

Fonte: De Luca *et al.* (2009)

Buscou-se ainda evidenciar se existe alguma indicação de comprometimento dessas instituições com a responsabilidade social, através da análise de seus balanços sociais ou demais relatórios afim, publicados no site de cada banco.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 A Contabilidade Geral

Na História, está registrado que a ciência contábil apareceu com a civilização, tornando-se um dos conhecimentos mais antigos, originando-se da necessidade de controlar o patrimônio individual, realizado por meio de acúmulos de registros como desenhos nas pedras, de forma primitiva.

Com a evolução da sociedade, a contabilidade desenvolveu e passou a ser utilizada dentro das organizações, com o objetivo de examinar e controlar o valor do patrimônio empresarial, buscando atender às necessidades dos usuários.

Antigamente, há muitos séculos a. C., diversas pinturas encontradas em pedras foram consideradas como registros contábeis primitivos, no qual o desenho representava a espécie do bem, e os riscos representavam a quantidade existente. Assim, a evolução contábil foi se associando conforme as necessidades de cada usuário, e sempre esteve associada ao desenvolvimento das atividades mercantis, econômicas e sociais. (SÁ, 2007).

A Contabilidade como uma ciência que está sempre em constante evolução, acompanhando o desenvolvimento da humanidade. Ainda de acordo com Sá (2007) essa ciência sempre procurou adaptar-se às mudanças ao longo da história da humanidade, buscando cumprir seu papel de facilitadora de informações sobre o patrimônio de seus usuários. Surgindo dos meios mais primitivos no controle da riqueza individual, para a utilização do método por partidas dobradas na época do comércio medieval, chegando ao estágio dos sistemas de custos na Revolução Industrial, bem como a criação da Contabilidade Gerencial após o surgimento das sociedades por ações.

Conforme Ludícibus (2008, p.26), a finalidade da contabilidade é de medir o lucro da organização e identificar a posição patrimonial em determinados momentos. O autor ainda comenta que a contabilidade como ciência social, busca captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fatos relacionados com as ocorrências financeiras, econômicas e patrimoniais. Possuindo um campo amplo de atuação porque pode ser

utilizada tanto em empresas privadas como as publicas, como nas entidades sem fins lucrativos, entre outras.

A ciência contábil tem como objeto o patrimônio das entidades, buscando o controle dos fatos decorrentes da gestão desse patrimônio, obtendo com isso, informações financeiras acerca da empresa. Nesse sentido, para uma organização escriturar seus eventos, a mesma deve seguir as normas relacionadas aos princípios fundamentais de contabilidade, que representam a essência das doutrinas e teorias relativas à ciência contábil (LORENZETT; ROSSATO; GODOY, 2011).

Tais princípios são classificados como: o da entidade, o da continuidade, o da oportunidade, o do registro pelo valor original, o da competência e o da prudência. De acordo com Zaratini (2009) os Princípios Contábeis representam o núcleo da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo estes que determinam como a contabilidade deve ser registrada e devem ser seguidos rigorosamente em todos os patrimônios, independentemente das Entidades a que pertencem.

Nesse contexto, verifica-se que é através dos princípios contábeis que os gestores buscam compreender a contabilidade, já que os mesmos auxiliam os profissionais na direção que devem seguir ao se mensurar um fato ocorrido dentro de uma empresa, estabelecendo padrões na elaboração dos demonstrativos contábeis.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), baseado na Resolução nº 750/93 (no seu artigo 2), na qual foi revogada pela Resolução 1.282/10, estabelece a importância dos Princípios Contábeis, já que estes representam a doutrina bem como a teoria da contabilidade. Ou seja, os princípios estabelecem os mandamentos que devem ser seguidos pela contabilidade.

Assim, entende que os princípios contábeis se tornam os mandamentos que orientam as empresas no registro contábil, induzindo-a na sua maneira de ser mensurada, com o objetivo de padronizar seus eventos e dados evidenciados obrigatoriamente nas demonstrações, e com isso uniformizando as informações obtidas pela mesma.

Nos últimos anos, a contabilidade brasileira vem passando por transformações mais abrangentes no intuito de acompanhar as mudanças internacionais. Com isso, a Lei 6.404/76 foi alterada pela Lei 11.638/07 (altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404), e pela Lei 11.941/09 (que trata de alterações sobre a legislação tributária brasileira),

iniciou-se no país o processo de convergência das normas aos padrões internacionais, que são considerados padrões normativos de alta qualidade.

Entende-se, nesse contexto, que os objetivos da contabilidade servem de base para que os gestores elaborem seus demonstrativos de forma segura e relevante, medindo seus recursos relacionados com seus interesses, mas seguindo as normas e regras estabelecidas na legislação de acordo com as normas internacionais. Com o objetivo final de obter informações que auxiliem os gestores a alcançar suas metas e objetivos.

Assim, pode-se afirmar que a contabilidade serve de ferramenta complementar para as ações de transparência das organizações, no intuito de atender tanto ao ambiente interno da empresa, como também toda a comunidade em que a empresa está inserida. Informações que são obtidas através da análise contábil e, que contribui de forma relevante para o processo decisório da instituição.

2.1.1 A Importância dos Demonstrativos Contábeis

As demonstrações contábeis das empresas são um dos instrumentos de medida de desempenho financeiro à disposição dos gestores, que tem como finalidade fornecer informações sobre a situação patrimonial e financeira da instituição, também objetivam apresentar a capacitação da organização na prestação de contas relacionado aos recursos que lhe foram confiados.

O Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR, 2011, p.9) comentam que as Demonstrações Contábeis são parte integrante das informações financeiras evidenciadas pela empresa, assim elas se formam através do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações, Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e outras demonstrações contábeis.

Nessas demonstrações existem ainda as notas explicativas, quadros suplementares e outros relatórios, que são considerados informações adicionais relevantes às necessidades dos usuários, relacionados a itens do balanço patrimonial e da

demonstração do resultado. Nos quais, os gestores buscam incluir dados sobre os riscos e incertezas que afetem a organização, entre outras informações que não exista obrigatoriedade de serem reconhecidos nos demonstrativos obrigatórios (CRC-PR, 2011).

Segundo o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), através das Normas e Procedimentos Contábeis (NPC 27, 2005 – que trata dos Demonstrativos na contabilidade), estabelecem que as demonstrações contábeis representam de forma monetária a posição patrimonial e financeira em determinada data realizadas por uma empresa. Tendo como objetivo fornecer dados relevantes sobre o resultado e o fluxo financeiro, que se tornam úteis para uma ampla variedade de usuários no processo decisório. Evidenciando ainda os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Verifica-se no artigo 176 da Lei n. 6.404/76 (sendo atualizada pela Lei n. 11.638/07 como já foi dito) que as demonstrações financeiras obrigatórias a serem publicadas pelas empresas são: o balanço patrimonial (BP); a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA); a demonstração do resultado do exercício (DRE); a demonstração dos fluxos de caixa (DFC); as notas explicativas (NE) e a demonstração do valor adicionado (DVA), esta por sua vez, obrigatória apenas para as companhias abertas. A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) foi extinta a após as alterações da Lei n. 11.638/07, sendo substituída pela Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

Entende-se que através da Lei nº 11.638/07 e também com a lei 11.941/09 passou a vigorar na contabilidade novas regras e normas convergentes com as normas internacionais, visando à transparência das informações disponibilizadas pelas empresas, através de novos critérios nas contas do ativo, passivo, receitas e despesas. Assim, várias alterações foram feitas nas contas dos demonstrativos contábeis.

O Ativo e o Passivo foram divididos em dois grupos de contas: Circulante e Não Circulante. Foram extintos os seguintes grupos, subgrupos e contas: Ativo Permanente, Ativo Diferido, Passivo exigível a Longo Prazo, Resultado de Exercício Futuro, Reserva de Reavaliação, Lucros e Prejuízos Acumulados. Sendo obrigatórios o subgrupo e conta ações em tesouraria, prejuízos acumulados e Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, bem como criado o intangível (MORANTE, 2007).

Verifica-se que na DRE foi eliminado o grupo Resultados Não Operacionais e adotando os grupos: Outras Receitas e Outras Despesas. As contas que eram evidenciadas nas Reservas de Lucro, como: Prêmios na Emissão de Debêntures e Doações Subvenções para Investimentos, devem ser contabilizadas com as novas regras, pela DRE (MORANTE, 2007).

As demonstrações contábeis fornecem informações sobre os seguintes aspectos de uma entidade: ativos; passivos; patrimônio líquido; receitas, despesas, ganhos e perdas; e o fluxo financeiro, considerados como fluxos de caixa ou das origens e aplicações de recursos. Compreende-se que através dessas informações, juntamente com outras constantes das notas explicativas às demonstrações contábeis, auxiliam os usuários a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros futuros da entidade (IBRACON – NPC 27, 2005).

Neste contexto, uma avaliação de resultados envolve simplesmente as metas de curto e de longo prazo, garantindo a sustentabilidade organizacional. Assim, pode afirmar que as demonstrações contábeis podem ser úteis em uma análise de seus indicadores para a administração de uma empresa, no qual os resultados obtidos podem beneficiar não só a empresa, como também aos acionistas, credores, ao setor governamental, bem como os investidores de um modo geral.

2.1.1.1 Análise das Demonstrações Contábeis

Existe a necessidade de se analisar e interpretar essas demonstrações, no intuito de obter informações úteis ao processo decisório, já que a finalidade de se evidenciar desses demonstrativos é obter informações úteis que auxiliem na gestão administrativa das empresas.

Na visão de Morante (2007), a interpretação dos dados e o conhecimento técnico é um evento que as organizações devem ter como expressivo quando tiverem de ser auxiliadas para decisões mais difíceis. Assim, a análise das demonstrações financeiras, através dos seus indicadores, contribui com informações financeiras, evitando com isso, uma má gestão empresarial. Dessa forma, as organizações que costumam praticar essas análises tornam mais seguras nas suas decisões.

Ainda conforme o autor (*op cit* 2007), a análise dos indicadores de desempenho financeiro poderá ser realizada sob vários objetivos, entre eles: observar qual a capacidade da empresa em obter um financiamento a longo prazo ou empréstimo bancário. Também serve para ajudar nas informações sobre uma melhor gestão financeira ou tributária. Assim, a prática dessas análises contribui na percepção de problemas financeiros e na má gestão empresarial.

Dessa forma, entende-se que a análise desses demonstrativos torna-se útil nos processos decisórios, por estudar o desempenho financeiro e econômico da empresa. Já que as informações obtidas ajudam os gestores com decisões relacionadas a financiamentos, produção e investimentos.

A análise das demonstrações contábeis é dividida em duas categorias distintas: a financeira e a econômica. Segundo Oliveira *et al* (2010), a primeira interpreta a situação financeira da empresa, seu grau de liquidez e capacidade de solvência. Já a segunda, a econômica, busca interpretar as variações do patrimônio e da riqueza gerada por sua movimentação.

Conforme Silva (2012), o uso de indicadores financeiros para avaliar o desempenho de uma organização já é exercido há muito tempo, na qual, são utilizados para a interpretação dos fenômenos econômicos e financeiros das entidades.

Marion (2010, p.7) comenta que as demonstrações contábeis em sua forma primitiva, eram encontradas nos primeiros inventários de rebanhos bem como na variação da riqueza. Esta, por sua vez, sendo realizada entre a comparação de dois inventários em momentos distintos. No final do Século XIX, as instituições financeiras americanas solicitavam as demonstrações (ainda não reconhecida como balanço) às empresas que desejavam obter empréstimos.

Observa-se que a origem da análise dos demonstrativos vem acompanhamento a contabilidade desde as civilizações mais antigas, onde o homem usava métodos rudimentares da contabilidade para controlar sua riqueza pessoal.

Assim, conforme a sociedade foi evoluindo, a ciência contábil foi se aprimorando e com isso, surgindo a necessidade de se avaliar o patrimônio também das empresas. E, a origem da análise no comércio se deu primeiro no setor bancário, dos quais

utilizam das informações do BP para avaliar a capacidade de pagamento da empresa que tivesse interessada em obter um empréstimo com a instituição financeira.

Iudícibus (2008) afirma que a técnica de análise financeira por índices ou quocientes é um dos mais importantes desenvolvimentos da contabilidade, tendo em vista que pode dispor de bases para prever acontecimentos futuros. Já que é através de uma avaliação adequada do desempenho organizacional, se pode averiguar o quanto determinada empresa está próxima de alcançar seus objetivos.

Nesse sentido, entende-se que as organizações que realizam análises financeiras e econômicas têm a capacidade de verificar o seu desempenho, possibilitando identificar quais os seus problemas e deficiências, uma vez que, esses indicadores fornecem informações úteis que ajudam os gestores a tomar decisões em tempo hábil. No entanto, para que uma análise seja eficiente e gere resultados para uma organização, torna-se necessário que o analista siga alguns passos, entre eles o de identificar quais as evidências de contradição nos dados podem resultar em informações errôneas nos processos decisórios.

2.1.1.2 Análise Vertical e Horizontal

As análises vertical e horizontal são consideradas algumas técnicas utilizadas pelas empresas para avaliar os demonstrativos contábeis. Para Marion (2010) uma análise vertical considera os dados de um demonstrativo em um mesmo ano, já a horizontal é considerado os dados obtidos de vários semestres (ou anos), analisando a tendência de índices.

Silva (2012, p. 110), explica de forma mais detalhada os conceitos de análises vertical e horizontal, podendo entender que a análise horizontal é realizada através da observação de uma conta ou de um grupo de contas ao longo de vários anos, o que possibilita ser elaborada de forma evolutiva ou retrospectiva. Esse tipo de análise permite avaliar a estrutura e composição de itens das demonstrações e sua evolução no tempo. Já na análise vertical, a empresa pode identificar, no Balanço Patrimonial, a real importância de uma conta dentro de um grupo de contas na qual está inserida,

sendo analisada dentro de um mesmo período. Na Demonstração do Resultado, é identificado o montante de cada item com suas respectivas receitas e/ou despesas.

Essa técnica de análise nas formas vertical ou horizontal serve para verificar grupos de contas de forma mais resumida e detalhada, objetivando identificar possíveis problemas financeiros bem como econômicos dentro da organização. Assim, a técnica vertical observa dados de um mesmo ano e a horizontal observa a evolução de determinada conta no decorrer dos anos.

De acordo com Oliveira *et al* (2010, p.3), a técnica horizontal objetiva apontar a variação de itens das demonstrações através de períodos, caracterizando convergências e descobrindo o nível de crescimento dos vários itens com sua evolução no tempo. A técnica vertical consiste em dividir todos os elementos do ativo pelo valor do total desse mesmo ativo e todos os valores do passivo pelo total desse passivo, obtendo-se assim, o percentual que cada elemento representa do todo.

Na DRE, ainda quanto a técnica vertical, o elemento que será o divisor dos demais itens é a receita líquida, e os percentuais vão indicar o quanto cada elemento do resultado representa em relação a essa receita líquida. Verificando com isso, o quanto cada elemento representa do todo. Verifica-se que seu cálculo é simples, pois consiste em fixar um período contábil como 100% e dividir os itens patrimoniais e de resultado dos demais períodos por esse período-base (OLIVEIRA *et al*, 2010).

Sob a percepção de Silva (2012), a metodologia utilizada na horizontal considera todas as contas com base em 100%, calculando primeiro o número de índice, podendo ser utilizado a seguinte fórmula:

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{Ano-seguinte (ano 2)} - 1}{\text{Ano-base (ano 1)}} \times 100$$

Nesse caso, dividi o valor do saldo do período mais recente pelo período mais antigo, depois diminui 1 desse resultado e multiplica por 100, encontrado assim, o percentual que corresponde a variação de um ano para outro, sendo necessário que seja arredondado os índices em duas casas decimais.

Quanto à metodologia utilizada na análise vertical, também se recomenda arredondar os índices em duas casas decimais. No caso do BP, deve dividir o valor de cada conta pelo total do ativo ou passivo, depois multiplica 100, obtendo no resultado final qual o percentual dessa conta relacionado ao valor total. Na DRE, é possível dividir o montante de cada item pelo valor da receita operacional ou bruta, depois multiplica por 100, obtendo no resultado a participação da conta na formação do resultado (SILVA, 2012).

Verifica-se na literatura que é possível realizar as análises vertical e horizontal em outras demonstrações contábeis, além do BP e da DRE. Como a DFC e a DVA, conforme publicações de autores: Silva (2012); De Luca et al (2009), entre outros. Sendo o objetivo desse estudo verificar essas análises na DVA em instituições financeiras localizadas na cidade de Sousa-PB.

2.2 Evidenciação Contábil

A divulgação de informação contábil assume cada vez mais importância dentro das empresas, podendo ser realizada através de informações nas demonstrações contábeis ou em relatórios, divulgando a responsabilidade socioambiental da empresa, bem como dados econômicos e financeiros.

O termo evidenciação, conforme Ludícibus (2008) se identifica com os próprios objetivos da contabilidade, isto é, significa comunicar aos seus usuários informações relevantes para orientar nas suas decisões. Para Ribeiro Filho, Lopes e Pederneira (2009), divulgação, evidenciação e *disclosure* são termos utilizados para tratar de um mesmo tema. Porém o autor dá preferência ao termo evidenciação, e o define como algo que deve se tornar claro ou evidente. Na contabilidade, refere-se divulgação de algum tipo de informação, da qual, poderá ser útil para algum usuário.

Assim, torna-se necessário identificar o usuário dessas informações e caracterizar suas necessidades, ou seja, identificar se desejam informações econômicas, financeiras ou sociais. Nesse sentido, essa identificação de usuários que precisam das informações contábeis, pode ser realizada por meio de abordagens que determinem suas particularidades. Como exemplo, informações com abordagem fiscais/tributárias,

terá como usuário o governo. No caso de informações sociais, seu usuário será a sociedade, entre outros exemplos (RIBEIRO FILHO; LOPES; PEDERNEIRA, 2009)

De acordo com a IBRACON, que aborda a NPC-27 (2005), muitas empresas divulgam junto com as demonstrações contábeis, um relatório administrativo (denominado como Relatório da Administração), que objetivam explicar características do desempenho financeiro, bem como os principais riscos e incertezas que uma organização possa enfrentar. Incluindo informações como: comentários sobre a situação econômica geral; informações sobre recursos humanos; investimentos realizados; pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços; entre outros dados considerados relevantes pela instituição.

Além das demonstrações contábeis e demais relatórios administrativos, muitas empresas ainda evidenciam informações adicionais, como: balanço social, relatórios sobre custos e outros fatores relacionados a questões ambientais. Esses relatórios e demonstrações adicionais não são obrigatórios pelas normas que regulam a contabilidade. Mas, quando divulgadas, são considerados como informações complementares às demonstrações contábeis, por contribuírem no processo de tomada de decisão econômica pelos usuários das demonstrações contábeis (IBRACON – NPC 27, 2005).

Santos, Silva e Souza (2009) comentam que as demonstrações contábeis evidenciam as maiores informações a respeito da empresa. No entanto, a informação entre parênteses, quadros e demonstrativos suplementares são também formas de evidenciação, conhecida como instrumentos de complementação.

Compreende-se que a evidenciação contábil contribui de forma positiva no processo decisório de uma organização, dando as empresas informações útil sobre os recursos que devem ser utilizados nas suas atividades operacionais, bem como nos seus produtos ou serviços prestados, no intuito de auxiliar no seu crescimento econômico.

2.3 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A DVA passou a ser obrigatória para todas as companhias de capital aberto, através da Lei 11.638/07, devendo ser elaborada e divulgada evidenciando sua riqueza e a forma como a distribuir, dando maior transparência nos negócios das empresas. Conforme Marion (2010), esse demonstrativo evidencia os componentes do valor adicionado sobre a distribuição entre empregados, financiadores, acionistas, governo, bem como a parcela retirada para investimento. Ou seja, mostra a riqueza que uma empresa produziu e de que forma a mesma foi distribuída.

Segundo De Luca *et al.* (2009), a DVA envolve um conjunto de informações econômicas, no intuito de demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e sua distribuição com os elementos que colaboraram para tal riqueza. Os autores comentam que valor adicionado significa valor agregado, no qual, se busca avaliar valores monetários, através das transações econômicas em um ambiente único, que no caso, seria a empresa.

Nesse sentido, as empresas se tornam um dos elementos mais relevantes para a economia brasileira, pois produzem bens e serviços que atendem as necessidades de consumo da sociedade. Assim, o valor adicionado refere-se à diferença entre o valor de vendas e o valor dos consumos em determinado período (DE LUCA *et al.*, 2009)

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), define a DVA através Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T 3.7 (esta, por sua vez, estabelece critérios para elaboração e apresentação da mesma), como a demonstração contábil destinada a evidenciar, de forma resumida, as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período, bem como evidenciar sua distribuição aos devidos interessados.

A DVA ainda é regida pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos (CPC 09, 2009), que visa estabelecer regras para sua elaboração, comentando que tal demonstração representa um dos elementos do Balanço Social. Nesse sentido, o CPC 09 estabelece que o valor adicionado represente a riqueza criada pela empresa, incluindo o valor recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

De acordo com Perez Junior e Begalli (2009, p.196), a DVA é dividida em duas partes, a primeira evidencia a formação da riqueza e a segunda evidencia a distribuição dessa riqueza. A riqueza pode ser originada pela empresa ou através de transferências de terceiros. Nesse sentido, os autores explicam que a riqueza produzida deve ser representada de forma detalhada, como as vendas de mercadorias, produtos e serviços, entre outras receitas.

Quanto à riqueza adquirida através de transferências, deve ser incluídas as receitas e resultados gerados através de outras empresas, e transferências na forma do resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras, dividendos de investimentos avaliados ao custo, alugueis, direitos de franquias, entre outros (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

Na segunda parte da DVA, que evidencia como essa riqueza foi distribuída, os componentes devem estar relacionados com: os salários e encargos sociais, juros e alugueis, imposto de renda e contribuição do INSS, dividendos e lucros, juros sobre capitais próprios, retenções destinadas às reservas (PEREZ JUNIOR; BEGALLI, 2009).

Neste sentido, observa-se que a DVA representa tanto o resultado do desempenho econômico da empresa quanto os efeitos sociais produzidos pela distribuição da riqueza gerada. Assim, pela análise dessa demonstração é possível identificar a riqueza bem como sua distribuição aos diversos usuários, internos e externos.

Em resumo e de acordo com De Luca *et al* (2009), através da DVA é possível identificar a quem pertence o restante da riqueza criada pela empresa, além de evidenciar o lucro dos investidores. Nesse contexto, sob a percepção de Dias (2011, p.22), a DVA torna-se uma importante ferramenta por fornecer dados contábeis relacionados à geração e distribuição da riqueza, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico da região em que a empresa está inserida.

Diante do exposto, compreende-se que a DVA pode ser considerada como um excelente instrumento que se torna um grande diferencial para as instituições que a elaboram, já que permite à sociedade avaliar o quanto a empresa contribuiu para o seu desenvolvimento. A NBC T 3.7 (CFC, 2008) mostra um modelo de DVA que pode ser utilizado em Instituições Financeiras, de forma que o total do item 9 deve ser exatamente igual ao item 8, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1- Exemplo de DVA para Instituições Bancárias

DESCRIÇÃO	Em milhares de reais 20X1	Em milhares de reais 20X0
1 – RECEITAS		
1.1) Intermediação financeira		
1.2) Prestação de serviços		
1.3) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
1.4) Outras		
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
3.1) Materiais, energia e outros		
3.2) Serviços de terceiros		
3.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
3.4) Outras (especificar)		
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
7.1) Resultado de equivalência patrimonial		
7.2) Outras		
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6+7)		
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO *		
9.1) Pessoal		
9.1.1 - Remuneração direta		
9.1.2 – Benefícios		
9.1.3 - F.G.T.S		
9.2) Impostos, taxas e contribuições		
9.2.1 – Federais		
9.2.2 – Estaduais		
9.2.3 – Municipais		
9.3) Remuneração de capitais de terceiros		
9.3.1 – Aluguéis		
9.3.2 – Outras		
9.4) Remuneração de capitais próprios		
9.4.1 - Juros sobre o capital próprio		
9.4.2 – Dividendos		
9.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
9.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: NBC T 3.7 (CFC, 2008)

Observa-se que o item 8 que refere-se ao valor total a distribuir é formado pela soma dos itens 6 e 7 e, esse resultado tem que dá igual ao valor que consta no item 9, que representa a distribuição do valor adicionado. Essa determinação é estabelecida pela NBC T 3.7. Verifica-se ainda que os itens 6 e 7 são formados pelos componentes de formação de riqueza, representando o valor adicionado líquido produzido pela entidade e, valor adicionado recebido em transferência, respectivamente. Assim, a distribuição da riqueza é feita conforme o valor total obtido pela soma dos itens 6 e 7.

Existe uma diferença entre a abordagem econômica e a contábil no que se refere a determinação do valor adicionado. Na área contábil, o conceito adotado de riqueza é o montante das vendas, já na Economia este conceito é alcançado a partir da sua produção. Nesse sentido, o cálculo do valor adicionado com base nas vendas favorece o estudo da responsabilidade da gestão no processo de geração de valor para a entidade, estabelecendo uma relação desse valor com os princípios da Contabilidade aplicados em outros relatórios contábeis tradicionais (COSENZA, 2003 *apud* ALBUQUERQUE, 2009).

As aplicações da DVA podem ser observadas também no campo macroeconômico para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). Este, por sua vez, é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia, no qual, se busca identificar a atividade econômica de uma região bem como a criação de riqueza e o crescimento de uma região.

Segundo Albuquerque (2009), através da DVA é possível identificar qual contribuição econômica da empresa para cada componente que está relacionado com a mesma, esse fato produz pela organização do PIB. O autor explica ainda que, a soma dos valores obtidos nas DVA's demonstrada pelas organizações dos diversos níveis de atividades econômicas que são classificados pelo IBGE, eliminadas as duplas contagens, pode ser considerado como o PIB do país.

2.3.1 Análise Vertical e Horizontal da DVA

Através da DVA, é possível realizar uma análise referente aos aspectos internos e externos relacionados com a empresa. De Luca *et al* (2009), explica que os aspectos internos envolvem dados sobre as vendas, folhas de pagamento, quantidade de

empregados, lucro da empresa, entre outros. Quanto aos aspectos externos, a DVA evidencia a participação da empresa no desenvolvimento econômico do país.

Assim, com a técnica de análise vertical e horizontal, será possível identificar o quanto as instituições financeiras (Itaú S.A. e Santander S.A.) possuem de capacidade na criação de sua riqueza. De forma que, na análise horizontal, é feita uma análise evolutiva dos componentes da DVA ao longo do tempo. Já a análise vertical possibilita identificar a estrutura de cada componente, em um determinado exercício, com o valor total.

Em resumo, pode afirmar que a análise vertical mostra qual a importância relativa de cada conta dentro de um mesmo demonstrativo bem como dentro de apenas um determinado ano, buscando evidenciar o quanto aquela determinada conta contribui para o valor total do mesmo ano. Assim, no caso de uma análise vertical na DVA, por exemplo, pode-se avaliar o quociente que indica o valor destinado aos empregados corresponde a um percentual do valor total adicionado a distribuir.

Quando a análise horizontal utiliza-se como base de cálculo o ano anterior, conforme segue um exemplo citado por Vieira (2004), para realizar o cálculo desse tipo de análise em uma determinada DVA, supondo que se obtêm os seguintes dados sobre a fórmula (esta já citada anteriormente nesse estudo):

$$\text{Fórmula: } \frac{\text{ano 2} = 1500}{\text{ano 1} = 1000} - 1 \times 100 = 1,5 - 1 \times 100 = 50\%$$

- Valor Adicionado Bruto no ano 1, correspondente a R\$ 1.000
- Valor Adicionado Bruto no ano 2, equivalente a R\$ 1.500,
- Para efetuar-se a análise horizontal divide-se 1.500 por 1000
- Obtendo como resposta um número-índice de 1,5. Esse resultado diminui de 1 e depois multiplicando-o por 100 ($1,5 - 1 = 0,50 \times 100 = 50\%$)
- Esse índice (1,5%) indica que o valor adicionado bruto cresceu 50% de um ano para o outro.

Matarazzo (2003) ao tratar do assunto, explica que esse tipo de análise pode ser realizado através do cálculo das variações em relação a um ano-base (considerado como ano anterior) com um ano posterior. Embora possa trazer algumas informações

úteis, deve ser feita com certo cuidado e nunca em substituição ao processo encadeado, mas em complemento ao mesmo, a fim de evitar possíveis confusões.

Compreende-se que a análise horizontal, está relaciona cada conta da DVA com mesma equivalente do ano anterior, no intuito de evidenciar como tal conta está evoluindo ao longo dos anos analisados, sempre evidenciando um ano anterior como base de calculo.

2.4 A Responsabilidade Social

A responsabilidade social é importante em todos os sentidos, principalmente no cultural, social, econômico e político. Atualmente tem sido um dos indicadores utilizados para medir a capacidade da empresa no que diz respeito a sua responsabilidade com a sociedade, considerando e respeitando seus valores éticos e sociais.

As empresas têm cada vez mais se preocupado com posturas socialmente corretas, ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis. Investindo em estratégias que resgatem princípios e valores éticos com os consumidores e os colaboradores, obedecendo as leis e respeitando o meio ambiente. É nesse sentido que a responsabilidade social pode ser percebida como um dos temas mais debatidos e propagados na gestão empresarial, tornando-se uma variável importante na administração das organizações (AMARANTE, 2008).

Tinoco (2008, p. 116) entende que responsabilidade social refere-se ao reconhecimento da comunidade, com necessidades que precisam ser atendidas. O cumprimento e a superação das obrigações legais decorrentes das próprias atividades e produtos da organização, oriundas da ampla compreensão de sua participação no desenvolvimento da sociedade.

Diante do exposto, observa-se que a responsabilidade social de uma empresa pode ser reconhecida através das ações socialmente responsáveis e por atuarem preocupadas com a sociedade, seu público interno e externo, bem como com o meio ambiente. Entende-se, com isso, que a atividade social da empresa pode ser realizada

por meio do voluntariado de seus funcionários, bem como pela disponibilização de verbas e da doação de produtos ou serviços, com o objetivo de colaborar com a sociedade e garantir o crescimento e a sustentabilidade da organização.

Oliveira (2008, p. 66) explica que a responsabilidade social empresarial é diferente de uma ação social realizada por uma empresa. A ação social são doações ou projetos sociais que beneficiam alguns grupos, como comunidades, famílias de empregados, escolas. Já a responsabilidade social envolve atitudes, ações e relações com um grupo maior de partes interessadas como consumidores, fornecedores, sindicatos e governo.

O autor define filantropia como ação social direcionadas a projetos que não estão relacionados aos negócios da organização, sendo uma fonte de fundos direcionados a ações de caridade, de cultura e, até mesmo de religiosidade, de tal forma que seus valores são repartidos entre a empresa e seus gestores. Desse modo, pode-se entender que responsabilidade social no ponto de vista das pessoas, de um modo geral, está relacionada a apenas projetos sociais ou ambientais que são praticados pelas organizações e divulgados na mídia (televisão, jornais e internet).

Nesse contexto, entende-se que a responsabilidade social envolve atividades que vão além das ações sociais, através de atividades como doações. Mas com maiores compromissos, direcionados aos empregados, clientes, fornecedores, regulamentadores, associados e a comunidade em geral. Assim, considera-se uma empresa socialmente responsável aquele que busca cumprir suas obrigações, como o pagamento de salários e tributos, bem como a transparência em suas atividades e o respeito com o meio ambiente, entre outras responsabilidades.

2.4.1 O Balanço Social

O Balanço Social consiste em um método de evidenciação da responsabilidade social das empresas. Tornando-se um instrumento importante para a organização que deseja se estabilizar no mercado competitivo, buscando demonstrar qual a responsabilidade social assumida pela mesma.

De acordo com Tinoco (2008) é uma demonstração que envolve a empresa com todos os que a cercam ou que contribuem para sua existência, como o meio ambiente, a comunidade no qual a empresa está situada e os funcionários que fazem parte dela. Já que a responsabilidade social é uma forma de administração que deve estar totalmente integrada às práticas da empresa, impactando em seu planejamento estratégico, nos seus objetivos, na sua forma de produção, nas características de seus produtos e no seu relacionamento com os diversos públicos de interação.

Quanto ao Balanço Social, Schirmer; Schiefelbein (2011, p.30) comentam que, tal demonstrativo evidencia as ações realizadas pela empresa referente ao meio ambiente, tanto as políticas ecológicas corretas de proteção a natureza, como em ações que objetivam evitar danos futuros.

O Balanço Social não é obrigatório pela legislação brasileira. Mas, apesar de não ser obrigatório, as empresas buscam evidenciar esse tipo de demonstrativo, pelo simples fato dos mesmos contribuírem com as expectativas das organizações e atrair mais clientes através dos valores conquistados com sua transparência nas informações. Apresentando para a sociedade e bem como para os investidores, a sua consciência socioambiental.

O que se pode obter dentro do contexto contábil é um estudo das relações ambientais do patrimônio das empresas e instituições para que possam ser gerados informes úteis que produzam um balanço com visão do social (SÁ, 2007). Segundo Reis e Medeiros (2007), essa demonstração faz parte da Contabilidade, já que busca evidenciar os resultados das ações da empresa com o meio ambiente, principalmente nos recursos humanos e ambientais, buscando um desenvolvimento sócio-econômico.

Para Tinoco (2008), Balanço Social ajuda os gestores a obter elementos que evidenciam, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais do desempenho das entidades aos mais diferentes usuários. Ainda conforme o autor, esse instrumento torna-se uma necessidade de gestão por fornecer uma variedade de informações.

Assim, a Contabilidade voltada para a área social pode também verificar o volume dos produtos e serviços que a empresa repassou à sociedade. Verificando ainda se os preços foram razoáveis, se os salários foram pagos de forma competitiva, se a empresa efetuou programas de treinamento e principalmente se, após ter feito todos

os pagamentos, inclusive de impostos, ainda foi capaz de gerar riqueza para seus acionistas e para reinvestir dentro da própria entidade. (IUDÍCIBUS, 2008).

Dessa forma, segundo Sá (2007), para que a Contabilidade consiga sua efetivação e êxito, é preciso que a organização adote, uma gestão participativa, envolvente e comprometida com todas as camadas que formam o sistema social e organizacional. Pois, os Indicadores Sociais, representam um papel de extrema relevância no contexto social, visto que através deles, pode-se avaliar o nível das ações sociais desenvolvidas pelas empresas.

Dessa forma, o Balanço Social representa uma oportunidade de avanço social, já que evidencia o que a empresa fez por seus profissionais, colaboradores, comunidade e meio ambiente, dando transparência às atividades e tornando pública a sua responsabilidade empresarial para com a sociedade.

2.5 Características das Instituições Financeiras no Brasil

O Brasil vem sofrendo uma série de modificações em seu sistema financeiro, nos últimos 10 anos. Essas mudanças se dão pelo fato de que o setor bancário vem se tornando grande agenciador dos recursos financeiros do mercado, disponibilizando-os para os tomadores que deles necessitem (DAROIT, 2011).

Segundo Oliveira *et al* (2010) esses recursos financeiros está relacionado com a captação de recursos através dos depósitos dos clientes e, que possibilita o empréstimo para outros clientes. Assim, quando tornam este crédito disponível, os bancos estão prestando um grande serviço social. Essa opção trata-se da concessão de crédito à pessoa física, que na visão de Daroit (2011), tem aumentado a demanda no país devido às taxas atrativas, prazos maiores, condições diferenciadas de quitação do débito perante a instituição financeira.

De acordo com Pinto e Teixeira (2011), as organizações bancárias estão incorporando-se à vida das comunidades, contribuindo para solucionar os problemas

sociais através de seus serviços prestados, de forma relevante, como intermediário das relações financeiras e negociais entre os diversos agentes econômicos.

Nesse contexto, entende-se que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) ganhou estabilidade através da Constituição Federal de 1988, que buscou promover o desenvolvimento e equilíbrio econômico do país e a servir aos interesses da sociedade (AZEVEDO, 2011). Em seu art. 192, pode verificar a definição desse sistema, que promove o desenvolvimento equilibrado do Brasil, no intuito de atender os interesses da coletividade.

De acordo com Braga (1995 *apud* Azevedo, 2011) o SFN é formado por um conjunto de instituições e órgãos financeiros que possibilitam a transferência de recursos dos doadores para os tomadores, criando condições para que os títulos mobiliários tenham liquidez no mercado financeiro.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o setor bancário é constituído por instituições que disponibilizam seus recursos a terceiros, servindo aos interesses da sociedade, obtendo-se com isso, índices de liquidez no mercado financeiro, mas sendo regulamentado por leis brasileiras. E, que vem sofrendo uma série de transformações nos últimos 10 anos, especialmente com a implantação do Plano Real. Assim, entende-se que os bancos são importantes instituições do sistema financeiro brasileiro, possuindo vários tipos de intermediação financeira com as prestações de serviços, que possibilitam o desenvolvimento econômico do país.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, descreve-se o estudo de caso realizado nas instituições financeiras: Itaú S.A. e Santander S.A., cadastradas no site da Bovespa. Os dados foram coletados nas DVAs publicadas, no qual, a partir delas foram feitas análises comparativas entre os índices apresentados pelos bancos relacionados à distribuição de suas riquezas e sua responsabilidade social, nos anos de 2010 a 2012.

3.1 Indícios de comprometimento com a responsabilidade social com as Instituições Itaú S.A. e Santander S.A.

- **Banco Itaú S.A.**

O Itaú busca atitudes que privilegiam a ética, a transparência no relacionamento com clientes, colaboradores, acionistas, comunidade e a competência gerencial. Com atitudes também relacionadas soluções para problemas socioambientais. Nesse sentido, a instituição está associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), órgão vinculado ao *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) objetivando o desenvolvimento sustentável relacionado ao Crescimento Econômico, Equilíbrio Ecológico e Progresso Social. No Brasil, essa instituição faz parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

O Itaú oferece aos seus clientes produtos relacionados ao meio ambiente, como o Compror e o Giro Socioambiental. Que são destinados ao financiamento de aquisição de bens e serviços ou implantação de projetos que visem a redução da emissão de poluentes ou resíduos, adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, obtenção da certificação ambiental, entre outros.

O banco oferece também aos seus clientes, taxa de juros menor para as médias empresas que adotam ações relacionadas com a preservação ambiental bem como o desenvolvimento social. Outra linha de crédito está voltada para pessoas físicas, como o *Leasing PNE*, que pode ser usado por deficientes físicos, no caso de aquisição de

próteses mecânicas, cadeiras de rodas, microcomputadores e entre outros equipamentos.

Entre vários outros produtos e serviços direcionados as ações sociais, verifica-se que o Itaú tem consciência de sua responsabilidade diante da sociedade, e que deve ser oferecida uma contribuição efetiva para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil.

- **Banco Santander S.A.**

O Santander direciona seu investimento social no intuito de promover mudanças, bem como de atender as necessidades das comunidades carentes, através de projetos sociais, ambientais e culturais de diversas instituições beneficentes. Verifica-se que a imagem da instituição representa os valores que formam o grupo com dinamismo, força, inovação, liderança, enfoque comercial e ética profissional.

O banco mantém forte compromisso com as comunidades de seus países por meio da divisão Santander Universidades, que reúne 833 acordos de cooperação com instituições de ensino universidades do mundo inteiro. Em 2012, investiu 182 milhões de euros, antes de impostos, em projetos sociais, um aumento de 7% em comparação com os 170 milhões investidos no ano anterior, destinado a área de universidades, meio ambiente, arte, cultura e outros projetos sociais.

Também contribui para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que está inserida, através de relacionamentos estáveis e duradouros com os principais grupos de interesse. O Santander também desenvolve trabalhos em defesa do meio ambiente, incentivando seus fornecedores, bem como aos seus colaboradores para integrar critérios sociais e ambientais em seus processos internos. Suas instalações possuem eficiência energética que buscam minimizar o impacto ambiental de suas atividades, mesmo reconhecendo que suas atividades não são poluentes diretas.

O Santander oferece a seus clientes produtos e serviços responsáveis e sustentáveis, através de processos de análise de riscos e tomadas de decisões nas operações de

financiamento, avaliando os aspectos sociais e ambientais. Os Princípios do Equador se aplicam às operações de *project finance* de todo o Grupo.

3.2 Capacidade de produção e distribuição de riqueza entre os *stakeholders* evidenciadas na DVA

- **Banco Itaú S.A.**

Foi identificado nos demonstrativos do banco Itaú, entre os anos de 2010 a 2012, a sua capacidade de produção e distribuição de riqueza, como pode ser observado no Gráfico 1.

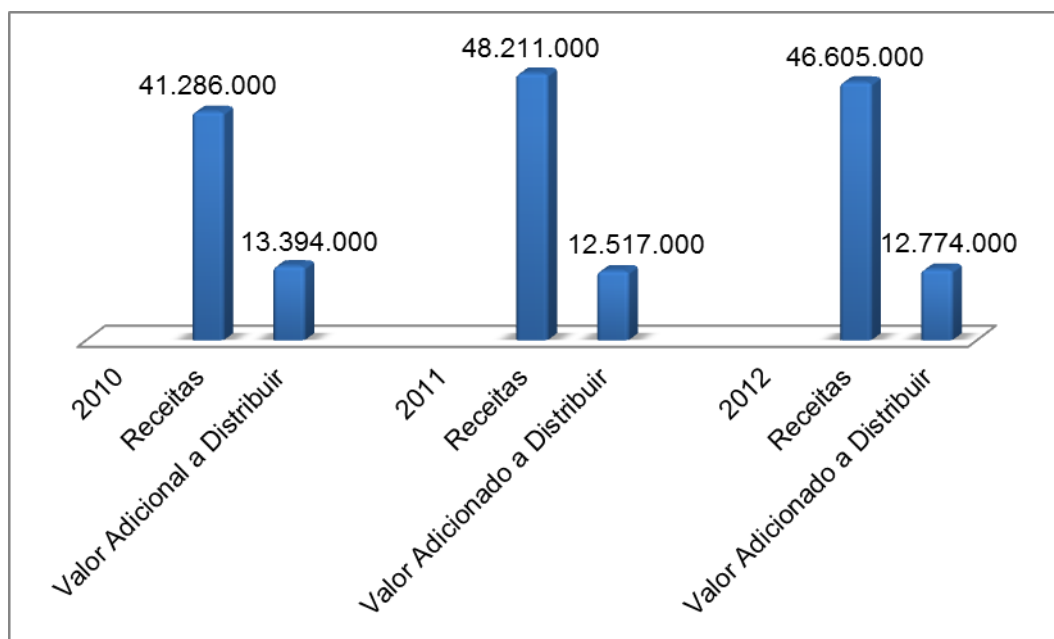


Gráfico 1- Capacidade de Produção e Distribuição de Riqueza do Itaú
Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Verifica-se que a capacidade de distribuição de riqueza do Itaú equivale a 32% de sua capacidade de produção de riqueza em 2010. Em 2011, a distribuição de riqueza representa 26% de suas receitas adquiridas de vendas de mercadorias ou serviços, entre outras receitas evidenciadas na DVA. Já em 2012, das receitas adquiridas, o valor distribuído foi de 27%. Diante desse resultado, pode-se afirmar que houve uma redução nos valores, de um modo geral, destinados à distribuição de sua riqueza, no decorrer dos dois primeiros anos analisados.

- **Banco Santander S.A.**

Foi identificado nos demonstrativos do banco Santander, entre os anos de 2010 a 2012, a sua capacidade de produção e distribuição de riqueza, como pode ser observado no Gráfico 2.

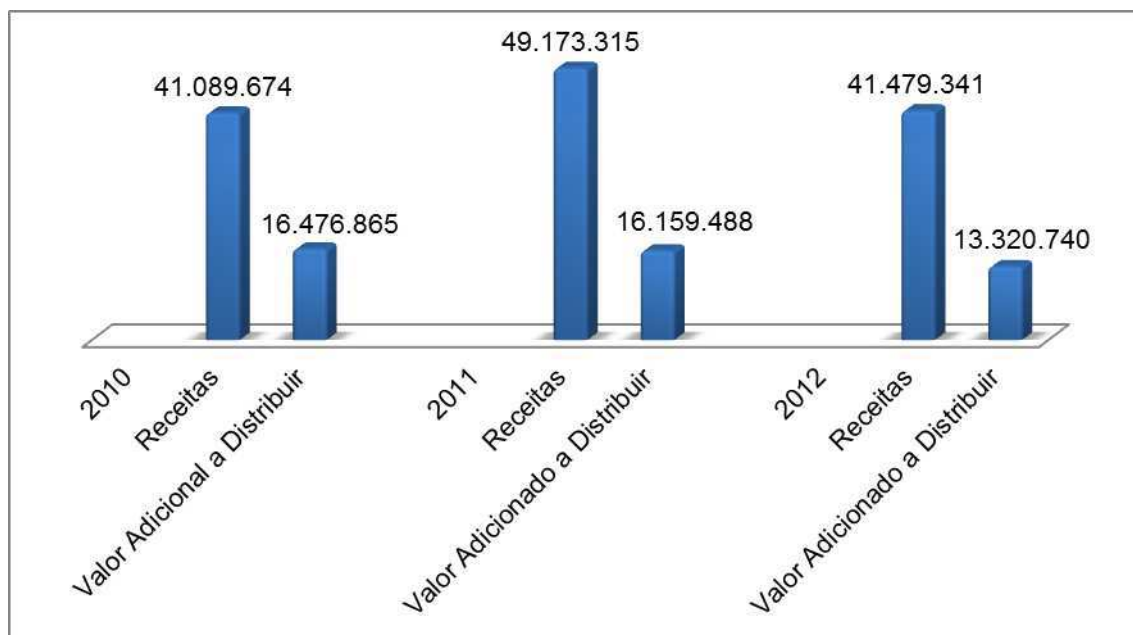


Gráfico 2- Capacidade de Produção e Distribuição de Riqueza do Santander
Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A capacidade de distribuição de riqueza do Santander, em 2010, equivale a 40,09% de sua capacidade de produção de riqueza. Em 2011, a distribuição de riqueza representa 32,86% de suas receitas adquiridas de vendas de mercadorias ou serviços, entre outras receitas evidenciadas na DVA. Já em 2012, das receitas adquiridas, o valor distribuído foi de 32,11%. Diante desse resultado, pode-se afirmar que houve uma redução nos valores adicionais, de um modo geral, destinados à distribuição de sua riqueza, no decorrer dos anos analisados. O mesmo fato ocorreu nos primeiros anos do banco Itaú.

Conforme Marion (2010), o valor adicionado é formado quando se subtrai, da receita operacional, os custos dos recursos adquiridos de terceiros utilizados nas atividades operacionais. Estando estes recursos relacionados às: compras de matéria-prima, mercadorias, embalagens, energia, terceirização da produção, entre outros. Assim, o resultado dessa subtração representa a riqueza gerada pela empresa, no entanto,

deve-se considerar outros acréscimos ou reduções além das operacionais, como no caso das atividades não-operacionais.

Marion (2010) comenta que logo em seguida, é obtido o montante que forma a Distribuição do Valor Adicional, esta evidencia o quanto a empresa contribui para o vários segmentos da sociedade, que são eles: empregados, governo, terceiros, entre outros.

3.3 Análise Vertical e Horizontal na DVA das respectivas empresas em estudo, nos anos 2010, 2011 e 2012, referente à sua capacidade de produção e distribuição de riqueza.

Nesse subitem foram realizadas as análises verticais e horizontais das instituições em estudo, considerando os seguintes indicadores:

- Valor Adicionado Líquido Produzido = VALP
- Valor Adicionado Recebido em Transferência = VART
- Valor Adicionado Total a Distribuir = VATD
- Participação de Empregados no Valor Adicionado = PEVA
- Participação de Governos no Valor Adicionado = PGVA
- Participação de Terceiros no Valor Adicionado = PTVA
- Participação de Capitais Próprios no Valor Adicionado = PCPVA
- Grau de Retenção do Valor Adicionado = GRVA

Como já mencionado nos procedimentos metodológicos dessa pesquisa, tais indicadores representam o quanto da riqueza adquirida pela empresa foi produzida e o quanto foi distribuída aos empregados, Governo, terceiros, acionistas, bem como a retenção do valor adicionado.

- **Banco Itaú S.A.**

Foi possível realizar uma análise horizontal através dos indicadores relacionados com a distribuição de riqueza do banco Itaú, conforme Tabela 3. Tais indicadores evidenciam como e a quem a empresa está destinando a sua riqueza criada.

Tabela 3 - Análise Horizontal do Itaú S.A.

Indicadores	Ano Base 2010 R\$	2011		2012	
		R\$	AH%	R\$	AH%
VALP	13.233.000	12.669.000	-4,26%	12.702.000	0,26%
VART	161.000	(152.000)	-	72.000	-55,27%
VALD	13.394.000	12.517.000	-6,54%	12.774.000	2,05%
PEVA	3.770.000	3.237.000	-14,13%	3.367.000	4,01%
PGVA	4.299.000	3.577.000	-16,79%	4.009.000	12,07%
PTVA	312.000	336.000	7,69%	358.000	6,54%
PCPVA	1.191.000	1.308.000	9,82%	1.294.000	-1,07%
GRVA	3.226.000	3.529.000	9,39%	3.245.000	-8,04%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Nessa análise horizontal é possível identificar a evolução das contas contábeis de um ano para o outro. Assim nos indicadores VALP e VART, que representam a geração de riqueza, tanto a produzida como a de transferência, respectivamente, observa-se na Tabela 3 que na produção houve uma redução de -4,26% de 2010 para 2011 e um aumento pouco significativo em 2012 de 0,26%. Os valores transferidos em 2011 foram negativos. E a capacidade de distribuição dessa riqueza (VALD) acompanhou a mesma variação da produção, lógico, já que este reduziu em 2011 e aumentou em 2012, ficando o aumento na VALD em 2012 de 2,05% quando comparando a baixa produção de 2011.

No indicador PEVA verifica-se que houve uma diminuição de valor distribuído aos empregados em 2011 comparado com 2010, equivalente a -14,13%. Já em 2012, nessa mesma conta houve um aumento de 4,01% comparado a 2011.

Conforme De Luca *et al* (2009), os valores direcionados a pagamento de pessoal e encargos trabalhistas sofrem influencia direta conforme as condições do mercado de trabalho bem como as medidas governamentais relacionadas aos encargos de INSS, FGTS, entre outros. Esse índice também pode variar de acordo com as políticas de terceirização adotadas pela organização.

No indicador PGVA, que refere-se ao pagamento de imposto, taxas e contribuições de melhorias, em 2011 a empresa pagou um valor bem menor do que em 2010, com uma redução de -16,79%. No entanto, houve um aumento de 12,07% em 2012. Segundo De Luca *et al* (2009), esses valores representam as atividades da empresa, tais como: a realização de obras e manutenção de atividade sociais, entre outros. E, com isso,

geram arrecadação fiscal. Nesse sentido, pode-se entender que o Itaú realizou menos atividades em 2011.

Quanto ao indicador PTVA, que está relacionado aos juros e aluguéis, só houve uma evolução dos valores no decorrer dos anos analisados (2011 e 2012), quando comparados ao ano base (2010), alcançando 7,69% e 6,54%, respectivamente.

Quanto à distribuição de riqueza paga aos acionistas (PCPVA), observa-se que esse montante evoluiu em 9,82% de um ano para outro, ou seja, de 2010 para 2011. Em 2012, comparado a 2011, esse montante reduziu em -1,07%. Fato esse pode ser justificado pelas variações ocorridas nas receitas dos períodos em análise, conforme evidenciado no Gráfico 1. No qual a receita aumentou de 2010 para 2011, mas houve uma redução em 2012, quando comparado a 2011.

Com relação aos lucros retidos, este teve um aumento considerado de 2010 para 2011, de 9,39%, no entanto e, 2012 houve uma redução quase que na mesma proporção do aumento anterior, representando um percentual de -8,04%. Esse resultado, repercutindo as diferenças ocorridas nas receitas e nas despesas nos anos em questão.

Na análise vertical, foi possível verificar o quanto foi gerado de riqueza e distribuído para um determinado indicador do total do valor adicional, em apenas um demonstrativo, sendo possível fazer um comparativo entres os diversos indicadores no mesmo ano. Assim, quando a geração de riqueza, em 2010, observa-se que o montante de transferência representou apenas 0,38% das receitas geradas, ficando 32,34% das receitas disponíveis para serem distribuídos.

Em 2010, observa-se boa parte do valor adicional foi direcionado para o Governo, o que representou 32,09%. Logo em seguida observa-se a distribuição de valores para os empregados e os lucros retidos, com 28,14% e 24,08%, respectivamente. Em 2011 o valor de transferência foi negativo e em 2012 representou 0,15% do total das riquezas geradas, com 27,40% a distribuir. Diante desse resultado, pode-se afirmar que a geração de riqueza da empresa Itaú foi oriunda do seu processo produtivo e não das receitas de transferência.

Tabela 4 - Análise Vertical do Itaú S.A.

Indicadores	2010		2011		2012	
	R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
VALP	13.233.000	32,05%	12.669.000	26,27%	12.702.000	27,25%
VART	161.000	0,38%	-152.000	-	72.000	0,15%
VALD	13.394.000	32,34%	12.517.000	25,96%	12.774.000	27,40%
PEVA	3.770.000	28,14%	3.237.000	25,86%	3.367.000	26,35%
PGVA	4.299.000	32,09%	3.577.000	28,57%	4.009.000	31,38%
PTVA	312.000	2,32%	336.000	2,68%	358.000	2,86%
PCPVA	1.191.000	8,89%	1.308.000	10,44%	1.294.000	10,12%
GRVA	3.226.000	24,08%	3.529.000	28,19%	3.245.000	25,40%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

Verifica-se que em 2011, quanto a capacidade de distribuição, que houve uma distribuição mais equilibrada dos valores adicionais tanto para o governo como para os lucros retidos, o equivalente a 28,57% e 28,19% respectivamente. Destaca-se ainda um percentual considerável desses valores direcionado aos empregados, de 25,86%. Com relação aos indicadores que representam os juros e aluguéis (PTVA), bem como os dividendos (PCPVA), observa-se na Tabela 4 que estes representam um valor mínimo que foi distribuído aos mesmos dentro da empresa, com percentuais que variam entre 2% e um pouco mais que 10%.

Em 2012, as distribuições dos valores adicionais, evidenciam-se no mesmo contexto dos anos anteriores, aqui analisados. Mostrando sempre que a maior parcela fica destinada ao Governo (31,38%), referente a pagamentos com impostos, taxas e contribuições de melhorias.

Em seguida vem à distribuição aos empregados e lucro retido, 26,35% e 25,40%, respectivamente. Quanto à variação dos indicadores PTVA e PCPVA, estes permanecem com a mesma quantidade de distribuição dos anos anteriores, com pequenas variações.

De acordo com Marion (2010), em sua pesquisa, ele menciona que com a cobrança dos tributos o governo sempre fica com a maior da riqueza gerada pelas empresas, já que existe impostos tanto da União e do Estado, como dos Municípios que ficam com uma média de 40% do valor adicionado das empresas.

Assim, pode-se afirmar que no Banco Itaú S.A. tem uma média de 30,68% de sua riqueza gerada distribuída só para o Governo, nos 3 anos analisados. O autor (*op cit*, 2010), ainda explica que os salários e obrigações trabalhistas ficam com a segunda maior parte dessa riqueza. Esse fato, também foi identificado no Itaú nos anos de 2010 e 2012, conforme já foi comentando.

Outro fato ocorrido na análise vertical dessa instituição que é importante de se destacar, além de ter sido mencionado pelo autor, é que os juros sobre capital próprio e os dividendos sempre ficam com uma parte mínima dessa riqueza gerada pela empresa, com média de 9,82% nos anos analisados.

- **Banco Santander S.A.**

Foi realizada a análise horizontal e vertical da instituição financeira Santander S.A., sendo considerados os anos de 2010 a 2012 e os mesmos indicadores que representam a distribuição de riqueza da empresa.

Assim, como a análise horizontal evidencia os indicadores no decorrer dos anos, pode-se observar na Tabela 5 que na produção de riqueza (VALP) houve uma redução no decorrer dos anos analisados quando comparados a seus antecessores, equivalente a -1,99% e -17,74% respectivamente.

Nesse sentido, a capacidade de distribuição de riqueza (VALD) acompanhou essa redução, em 2012 ficou negativo em -17,56% comparado a 2011. No entanto, os valores de riqueza gerados por transferências evoluíram no decorrer dos três anos, em montantes consideráveis, com 23,38% em 2011 e, 35,24% em 2012 quando comparado a 2011.

Tabela 5 - Análise Horizontal do Santander S.A.

Indicadores	Ano Base 2010 R\$	2011		2012	
		R\$	AH%	R\$	AH%
VALP	16.432.923	16.105.272	-1,99%	13.247.418	-17,74%
VART	43.942	54.216	23,38%	73.322	35,24%
VALD	16.476.865	16.159.488	-1,92%	13.320.740	-17,56%
PEVA	5.176.648	5.834.177	12,70%	6.239.564	6,94%
PGVA	3.452.290	2.022.870	-41,40%	1.004.069	-50,36%
PTVA	465.353	546.588	17,45%	617.829	13,03%
PCPVA	3.540.000	1.352.710	-61,78%	1.159.970	-14,24%
GRVA	3.842.093	4.846.765	26,14%	3.269.710	-32,53%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A distribuição do valor adicionado referente ao indicador PEVA, comparado de 2010 para 2011, houve um aumento nessa distribuição de 12,70% e em 2012 continuou aumentando em 6,94%. Essa variação na remuneração dos funcionários pode ser justificada possivelmente por aumento no quadro de empregados, ou possivelmente um aumento na remuneração ou nos benefícios oferecidos dos já existentes, em 2011, que foi evoluindo em 2012.

Quanto à distribuição da riqueza direcionada aos tributos governamentais, verifica-se uma diminuição significativa entre os anos, em 2011 houve uma diminuição de -41,40% quando comparado ao ano de 2010. E em 2012 continuou diminuindo quando comparado a 2011, representando uma queda no pagamento dos impostos de -50,36%.

Com relação ao capital de terceiros, verifica-se que houve uma evolução no decorrer dos anos analisados, equivalente a 17,45% em 2011 e 13,03% em 2012, quando comparados aos anos antecessores. No capital próprio, que representa os dividendos e juros de capital, teve também uma redução significativa de 2010 para 2011 de -61,78%, e de -14,24% em 2012, comparado a 2011. No indicador GRVA, verifica-se que em 2011 aumentou em 26,14%, mas em 2012 reduziu em uma proporção bem maior do que o aumento anterior, em -32,53%.

Na análise vertical, foi possível identificar o quanto cada indicador representou no valor total da geração de riqueza bem como no total a distribuir. Sendo evidenciado na Tabela 6, quanto a capacidade de gerar riquezas, que o banco Santander teve um

valor líquido produzido (VALP) em 2010 de 39,99%, com um montante a distribuir de 40,09%.

Observa-se que as receitas transferidas representou em 2010 o equivalente a 0,10% das receitas totais, e em 2012 0,17%. O indicador VALD, que está relacionado com a distribuição dessa riqueza, alcançou em 2012, 32,11% das receitas totais geradas pelas empresa.

Tabela 6 - Análise Vertical do Santander S.A.

Indicadores	2010		2011		2012	
	R\$	AV%	R\$	AV%	R\$	AV%
VALP	16.432.923	39,99%	16.105.272	32,75%	13.247.418	31,93%
VART	43.942	0,10%	54.216	0,11%	73.322	0,17%
VALD	16.476.865	40,09%	16.159.488	33,47%	13.320.740	32,11%
PEVA	5.176.648	31,41%	5.834.177	36,10%	6.239.564	46,84%
PGVA	3.452.290	20,95%	2.022.870	12,51%	1.004.069	7,53%
PTVA	465.353	2,82%	546.588	3,38%	617.829	4,63%
PCPVA	3.540.000	21,48%	1.352.710	8,37%	1.159.970	8,70%
GRVA	3.842.093	23,31%	4.846.765	29,99%	3.269.710	24,54%

Fonte: Dados da pesquisa (2013)

A distribuição do pessoal e encargos representou o equivalente a 31,41% do total do valor adicionado em 2010. Os tributos ficaram com 20,95%. Os lucros retidos foram reinvestidos e receberam 23,21%.

Em 2011, o capital de terceiros ficaram com uma das menores partes da distribuição do valor adicional, depois foi o capital próprio e os tributos, com 3,38%, 8,37% e 12,51% respectivamente. Os indicadores PEVA e GRVA ficaram com a maior parte dessa riqueza, em 36,10% para o pessoal e encargos sociais e, 29,99% para os lucros reinvestidos.

O valor adicionado distribuído aos empregados representou um considerável montante em 2012 de 46,84%. Já o valor distribuído para o governo representou apenas 7,53%. O capital de terceiros bem como o capital próprio ficaram com 4,63% e 8,70% da riqueza adquirida pelo Santander, respectivamente. Com relação ao lucro retido, este representou 24,54% dos valores distribuídos em 2012.

Diante do exposto, verifica-se que foram analisados 5 indicadores relacionados a distribuição de riqueza dos bancos Itaú e Santander, durante o período de 2010 a 2012. Entre esses indicadores, o que mais se destacaram foram: Empregados, Governo e Lucros Retidos. Sendo analisado ainda o índice de comprometimento dessas instituições com a responsabilidade social, bem como o quanto foi destinado das receitas adquiridas para a distribuição na sociedade. Identificando que a capacidade de geração das riquezas de ambas as empresas, foi oriunda das suas produções.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo constata-se que a Demonstração do Valor Adicionado demonstra como ocorre a distribuição da riqueza gerada por uma organização e sua distribuição a sociedade. As informações geradas pela análise desse demonstrativo se tornam de grande relevância para os gestores, por auxiliar no processo decisório. Bem como são importante para que a sociedade avalie o quanto uma organização contribui para o desenvolvimento da comunidade em que está inserida. No entanto, sabe-se que sua divulgação só é obrigatória para as empresas de capital aberto, conforme a Lei nº. 11.638/07.

Neste contexto, os bancos como instituições fundamentais para o desenvolvimento da economia de um país, por meio da atividade de intermediação financeira agregam valor à sociedade e, dessa forma, geram riquezas e as distribuem como qualquer outra empresa. Assim, no estudo realizado nas instituições financeiras do Itaú e o Santander, pode-se verificar como a riqueza gerada por estas foram distribuídas aos diversos beneficiários.

Assim, pode-se afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados, entre eles, o de identificar o comprometimento dessas empresas com a responsabilidade social. Sendo observado nos relatórios publicados nos portais das mesmas que, ambas, assumem seu compromisso com as obrigações perante a sociedade, bem como investem em ações direcionadas ao meio ambiente, a cultura, a educação, entre outros. Além de incentivaram seus fornecedores e colaboradores a terem atitudes socioambientais.

Quanto à capacidade de geração de riqueza e sua distribuição observou-se que do valor total de suas receitas adquiridas, o banco Santander distribuiu uma média de 34,67% do seu valor adicional do decorrer dos três anos analisados. No entanto, verifica-se que houve uma redução considerável desses valores entre os anos. No banco Itaú, a média foi equivalente a 28,33% referente a distribuição de sua riqueza, no qual houve um declínio de 2010 para 2011 e, um aumento mínimo em 2012 quando comparado a 2011.

Foi possível identificar o quanto a empresa tem de disponível para honrar com seus compromissos diante da sociedade, bem como a evolução dos indicadores referentes

a distribuição de valores no decorrer dos anos, através da análise vertical e horizontal. Dessa forma, no Itaú, quando realizada a análise horizontal verificou-se que no indicador PEVA verifica-se que houve uma diminuição de valor distribuído aos empregados em 2011 e um aumento de 4,01% em 2012, comparado a 2011. No indicador PGVA, que refere-se ao pagamento de imposto, taxas e contribuições de melhorias, em 2011 a empresa pagou um valor bem menor do que em 2010, no entanto, houve um aumento em 2012.

Quanto à distribuição de riqueza paga aos acionistas (PCPVA), observa-se que esse montante evoluiu de um ano para outro, ou seja, de 2010 para 2011. Fato esse pode ser justificado pelas variações ocorridas nas receitas dos períodos em análise. Com relação aos lucros retidos, este teve um aumento considerado de 2010 para 2011, mas em 2012 houve uma redução quase que na mesma proporção do aumento anterior.

Esse resultado, repercutindo as diferenças ocorridas nas receitas e nas despesas nos anos em questão. Na análise vertical do banco Itaú, foi identificado que os indicadores que recebem maior parcela do valor adicional a distribuir, assim os que mais se destacaram no decorrer dos anos foi os valores direcionados aos empregados e aos lucros retidos.

Quanto ao banco Santander, houve um aumento na distribuição do valor adicionado referente ao indicador PEVA, comparado de 2010 para 2011, e em 2012 continuou aumentando. Essa variação na remuneração dos funcionários pode ser justificada possivelmente por aumento no quadro de empregados, ou nos benefícios oferecidos. Com relação à distribuição da riqueza direcionada aos tributos governamentais, verifica-se uma diminuição significativa entre os anos analisados, representando uma queda no pagamento dos impostos. O mesmo ocorreu com o indicador PCPVA. O indicador que representa o capital de terceiros, evoluiu no decorrer dos anos analisados, quando comparados aos anos antecessores.

Na análise vertical do Santander, foi possível identificar o quanto cada indicador representou no valor total a distribuir. Sendo evidenciado que a distribuição do valor adicionado teve destaque no indicador do pessoal e encargos trabalhistas. Em segundo lugar teve os lucros retidos, que em 2010 e 2011 foram reinvestidos. Em 2011, o capital de terceiros ficou com uma das menores partes da distribuição do valor adicional, depois foi o capital próprio e os tributos.

Diante do exposto, sugere-se para trabalhos futuros a análise de outras empresas do mesmo segmento e porte, para uma posterior comparação com os resultados alcançados.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Neusa Rachel Costa de. **A Importância da Demonstração do Valor Adicionado como Instrumento Informativo da Riqueza Gerada e Distribuída pelas Organizações**: um estudo de caso. Faculdades Sudamérica, Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis. Cataguases, 2009.

AMARANTE, Waldir Marim de. Vantagens Obtidas ao se Adotar a Responsabilidade Social Empresarial. 2008. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao>>. Acesso em: 25/07/2013.

AZEVEDO, Luis Felipe Weber de. **Análise de crédito à pessoa jurídica por uma instituição financeira**. Porto Alegre, 2011. Disponível em:< <http://www.artigonal.com/credito-artigos/analise-de-credito-a-pessoa-juridica-por-uma-instituicao-financeira-5467840.html>>. Acesso em 23/07/2013.

BALDO, R. **A empresa cidadã frente ao Balanço Social**.2002. Disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18769/1/2002_NP5BALDO.pdf> Acesso em: 22/07/2013.

BOVESPA. **Empresas Listadas**. Disponível em: [HTTP://www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br). Acesso em: 23/07/2013.

BRASIL. RESOLUÇÃO CFC N.º 1.282/10. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 29/1/2013.

_____. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras**. Disponível: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 04/02/2013.

_____. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: câmara dos deputados. 21. ed. Brasília, 2003.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**. Com base nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações editados até 31/12/09). Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_09.pdf. Acesso em: 17/08/2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 3.7 - Demonstração do Valor Adicionado**. Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.138 de 21.11.2008. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc1138_2008.htm>. Acesso em: 13/08/2013.

_____. CRC-PR – Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. **Demonstrações Contábeis**: aspectos práticos, elaboração e apresentação conceitual de acordo com o IFRS. 2011. Disponível em: <http://www.manoel.pro.br/2011_demonstracoescontabeis.pdf>. Acesso em: 10/08/2013.

DE LUCA, Marcia Martins Mendes; *et al.* **Demonstração do Valor Adicionado**. Do Cálculo da Riqueza criada pela Empresa ao Valor do PIB. E Edição. Revisada e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2009.

DIAS, Rildo Antônio. **Demonstração do Valor Adicionado**: análise da produção e distribuição de riquezas do Banco do Nordeste S.A., de 2007 a 2009. Sociedade de Educação do Vale do Ipojuca. Faculdade do Vale do Ipojuca – FAVIP. Coordenação de Ciências Contábeis. Caruaru, 2011.

GASPARETTO, Valdirene. **O Papel da Contabilidade no Provimento de Informações para a Avaliação do Desempenho Empresarial**. Revista Contemporânea de Contabilidade. v. 01, n. 02, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/viewArticle/717>>. Acesso em: 20/07/2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação a Pesquisa Científica**. 4ª Edição. Revisada e Ampliada. Campinas/SP: Alínea, 2007.

IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. NPC nº 27 - Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgações. 2005.
Disponível em:
<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>> **Acesso em: 15/08/2013.**

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LORENZETT, Daniel Benitti; ROSSATO, Marivane Vestena; GODOY, Leoni Pentiado. **O Reconhecimento Contábil dos Gastos Associados às Medidas de Gestão Ambiental no Segmento de Abastecimento de Combustíveis**. Revista de

Contabilidade e Organizações, vol. 5 n. 11 (2011) p. 49-68. Disponível em: <www.rco.usp.br>. Acesso em: 17/08/2013.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Contabilidade Empresarial. 6.^a Ed São Paulo, Atlas: 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços** – Abordagem Básica e Gerencial. São Paulo: 2003.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MORANTE, Antônio Salvador. **Análise das Demonstrações Financeiras**. Aspectos Contábeis da Demonstração de resultado e do Balanço Patrimonial. Ed Atlas. São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. 2^a reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLIVEIRA, Alessandro Aristides de, *et al.* **A Análise das Demonstrações Contábeis e sua Importância para Evidenciar a Situação Econômica e Financeira das Organizações**. Revista Eletrônica Gestão e Negócios – Volume 1 – nº 1 – 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luiz, **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistemas de informação contábil**. – 5^a. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis**. Atualizada conform Lei n 11.638/07 e MP n 449/08. 4 Ed. São Paulo, Atlas, 2009.

PINTO, Leonardo José Seixas; TEIXEIRA, Rodrigo de Melo. **Riqueza Gerada e Distribuída em 2010 Pelos Três Maiores Bancos Brasileiros: Informações Relevantes Extraídas da Demonstração do Valor Adicionado**. VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2011

REIS, Carlos Nelson; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social**. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. Orgs. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas S/A. – 2007.

SANTOS, Adalto de Oliveira; SILVA, Fernando Benedito da; SOUZA, Synval de. Contabilidade Ambiental: **Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras**. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP. 2009. Disponível em: < <http://www.eac.fea.usp.br>>. Acesso em: 12/08/2013.

SCHIRMER, Evandro; SCHIEFELBEIN, Fábio Odair. **Análise da interação da contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável nos engenhos de beneficiamento de arroz de Santa Maria – RS**. Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria, RS, Brasil, 2011.

SILVA, Miguel Junior Gomes da. **Responsabilidade Social: Um Enfoque Sobre a Cidadania Empresarial, Conceitos Estratégicos para as Empresas Face à Globalização**. Monografia para Obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas. Faculdades Integradas de Patos - FIP. Patos-PB, 2005.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 3 Edição. Ampliada e atualizada conforme Lei n 11.628/07, Lei 11.941/09 e Pronunciamento do CPC. São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, Rubine Kleber. **Demonstração do Valor Adicionado como Ferramenta aliada Gestão – Análise do Perfil da Empresa Doux Frangosul**. Centro Universitário Feevale, Novo Hamburgo, 2007. Disponível em: <www.feevale.br/bibvirtual/monografia/MonografiaRubineTeixeira.pdf>. Acesso em: 20/07/2013.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. (1ª ed.). São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Sérgio de Jesus. **Modelo de Análise da Demonstração do Valor Adicionado para a Gestão das Empresas**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87943/231638.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14/08/2013.

ZARATINI, Douglas. Princípios Contábeis. **Trabalho apresentado ao Programa de Graduação em Ciências Contábeis, da Faculdade Ciências Contábeis e Administrativas de Avaré**. 2009. Disponível em: Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAYgAD/principios-contabeis>>. Acesso em: 29/07/2013

Sites Visitados:

<http://respsocialjornalismo.blogspot.com.br/p/o-banco-da-responsabilidade-social.html>

http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=413

<http://ww13.itau.com.br/PortalRI>

http://www.santander.com/csgs/Satellite/CFWCSancomQP01/pt_PT/Corporativo/Sustentabilidade/O-Santander-e-a-sustentabilidade/Estrategia-de-sustentabilidade.html

<https://www.santander.com.br/portal/wps/script/templates/GCMRequest.do?page=642>

<http://sustentabilidade.santander.com.br/Lists/Notcias/DispForm.aspx?ID=945>

ANEXOS

Demonstração do Valor Adicional – DVA do Banco Santander S.A. – Anos: 2010, 2011 e 2012.
DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - (Reais Mil)

Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010	01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	49.173.315	41.089.674	38.193.725
7.01.01	Intermediação Financeira	51.736.080	40.909.204	39.342.956
7.01.02	Prestação de Serviços	7.339.498	6.835.508	6.237.762
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.381.549	-8.233.810	-9.966.404
7.01.04	Outras	-520.714	1.578.772	2.579.411
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-23.834.316	-16.814.126	-17.175.865
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.771.693	-6.605.215	-5.969.602
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-540.634	-500.280	-650.747
7.03.02	Serviços de Terceiros	-4.150.734	-3.882.909	-3.925.548
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-38.646	-20.600	-900.554
7.03.04	Outros	-3.041.679	-2.201.426	-492.753
7.04	Valor Adicionado Bruto	17.567.306	17.670.333	15.048.258
7.05	Retenções	-1.462.034	-1.237.410	-1.248.612
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.462.034	-1.237.410	-1.248.612
7.05.02	Outras			
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.105.272	16.432.923	13.799.646
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	54.216	43.942	295.414
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	54.216	43.942	295.414
7.07.02	Outros			
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.159.488	16.476.865	14.095.060
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	16.159.488	16.476.865	14.095.060
7.09.01	Pessoal	5.834.177	5.176.648	4.874.983
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.277.355	3.807.408	3.365.593
7.09.01.02	Benefícios	950.549	871.607	854.150
7.09.01.03	F.G.T.S.	319.941	285.373	246.238
7.09.01.04	Outros	286.332	212.260	409.002
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.022.870	3.452.290	3.319.362
7.09.02.01	Federais	1.971.489	3.402.502	3.294.845
7.09.02.02	Estaduais	877	410	453
7.09.02.03	Municipais	50.504	49.378	24.064
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	546.588	465.353	392.751
7.09.03.01	Aluguéis	546.588	465.353	392.751
7.09.03.02	Outras			
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.909.088	3.540.481	1.575.358
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.550.000	1.780.000	750.000
7.09.04.02	Dividendos	1.351.160	1.760.000	825.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período			
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	7.928	481	358
7.09.05	Outros	4.846.765	3.842.093	3.932.606
7.09.05.01	Reinvestimentos de Lucros	4.846.765	3.842.093	3.932.606

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - (Reais Mil)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	41.479.341	46.563.948	39.255.299
7.01.01	Intermediação Financeira	52.660.682	51.736.080	40.909.204
7.01.02	Prestação de Serviços	7.753.426	7.339.498	6.835.508
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.475.615	-9.381.549	-8.233.810
7.01.04	Outras	-2.459.152	-3.130.081	-255.603
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-20.968.812	-23.834.316	-16.814.126
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.432.011	-5.167.970	-4.770.667
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-553.242	-546.277	-500.107
7.03.02	Serviços de Terceiros	-4.431.119	-4.150.735	-3.882.909

7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-38.352	-38.646	-20.600
7.03.04	Outros	-409.298	-432.312	-367.051
7.04	Valor Adicionado Bruto	15.078.518	17.561.662	17.670.506
7.05	Retenções	-1.831.100	-1.462.034	-1.237.410
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.831.100	-1.462.034	-1.237.410
7.05.02	Outras			
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	13.247.418	16.099.628	16.433.096
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73.322	54.216	43.942
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	73.322	54.216	43.942
7.07.02	Outros			
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.320.740	16.153.844	16.477.038
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	13.320.740	16.153.844	16.477.038
7.09.01	Pessoal	6.239.564	5.834.152	5.176.648
7.09.01.01	Remuneração Direta	4.315.936	4.277.370	3.807.526
7.09.01.02	Benefícios	1.097.942	950.534	871.489
7.09.01.03	F.G.T.S.	332.192	319.947	285.373
7.09.01.04	Outros	493.494	286.301	212.260
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.004.069	2.022.895	3.452.290
7.09.02.01	Federais	949.740	1.971.487	3.406.285
7.09.02.02	Estaduais	1.005	879	656
7.09.02.03	Municipais	53.324	50.529	45.349
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	617.829	540.944	465.526
7.09.03.01	Aluguéis	617.829	540.944	465.526
7.09.03.02	Outras			
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.459.278	7.755.853	7.382.574
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.020.000	1.550.000	1.760.000
7.09.04.02	Dividendos	1.158.950	1.351.160	1.780.000
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.269.710	4.846.765	3.842.093
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	10.618	7.928	481
7.09.05	Outros			
7.09.05.01	Reinvestimentos de Lucros			

Demonstração do Valor Adicional – DVA do Banco Itaú S.A. – Anos: 2010, 2011 e 2012.
DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - (Reais Mil)

Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/12/2011	01/01/2010 à 31/12/2010	01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	48.211.000	41.286.000	41.891.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.094.000	5.240.000	5.102.000
7.01.02	Outras Receitas	48.464.000	40.198.000	41.557.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios			
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.347.000	-4.152.000	-4.768.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-34.087.000	-26.832.000	-26.297.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.945.000	-3.531.000	-6.505.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.870.000	-4.434.000	-107.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos			
7.02.04	Outros	-26.272.000	-18.867.000	-19.685.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.124.000	14.454.000	15.594.000
7.04	Retenções	-1.455.000	-1.221.000	-1.182.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.455.000	-1.221.000	-1.182.000
7.04.02	Outras			
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.669.000	13.233.000	14.412.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-152.000	161.000	135.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-152.000	161.000	135.000
7.06.02	Receitas Financeiras			
7.06.03	Outros			
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.517.000	13.394.000	14.547.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.517.000	13.394.000	14.547.000
7.08.01	Pessoal	3.237.000	3.770.000	3.987.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.314.000	2.948.000	3.398.000
7.08.01.02	Benefícios	639.000	579.000	404.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	284.000	243.000	185.000
7.08.01.04	Outros			

7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.577.000	4.299.000	5.896.000
7.08.02.01	Federais	3.199.000	3.991.000	5.447.000
7.08.02.02	Estaduais	88.000	77.000	235.000
7.08.02.03	Municipais	290.000	231.000	214.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	336.000	312.000	302.000
7.08.03.01	Juros			
7.08.03.02	Aluguéis	336.000	312.000	302.000
7.08.03.03	Outras			
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.367.000	5.013.000	4.362.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.308.000	1.191.000	1.407.000
7.08.04.02	Dividendos			
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.529.000	3.226.000	2.568.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	530.000	596.000	387.000
7.08.05	Outros			

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - (Reais Mil)

Conta	Descrição	01/01/2012 à 31/12/2012	01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	46.605.000	48.211.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.653.000	5.094.000
7.01.02	Outras Receitas	48.058.000	48.464.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-7.106.000	-5.347.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.433.000	-34.087.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.978.000	-2.945.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.248.000	-4.870.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-23.207.000	-26.272.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.172.000	14.124.000
7.04	Retenções	-1.470.000	-1.455.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.470.000	-1.455.000
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.702.000	12.669.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	72.000	-152.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	72.000	-152.000
7.06.02	Receitas Financeiras		
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.774.000	12.517.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.774.000	12.517.000
7.08.01	Pessoal	3.367.000	3.237.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.388.000	2.314.000
7.08.01.02	Benefícios	722.000	639.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	257.000	284.000
7.08.01.04	Outros		
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.009.000	3.577.000
7.08.02.01	Federais	3.643.000	3.199.000
7.08.02.02	Estaduais	89.000	88.000
7.08.02.03	Municipais	277.000	290.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	358.000	336.000
7.08.03.01	Juros		
7.08.03.02	Aluguéis	358.000	336.000
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.040.000	5.367.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.294.000	1.308.000
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.245.000	3.529.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	501.000	530.000
7.08.05	Outros		